

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC**

LÍCIA DO ESPÍRITO SANTO VIANA

**UM ESTUDO SOBRE GESTÃO E VIOLÊNCIA NA ESCOLA
MUNICIPAL TEODORO SAMPAIO - SANTA CRUZ
SALVADOR – BAHIA**

Salvador - BA

2017

LÍCIA DO ESPÍRITO SANTO VIANA

**UM ESTUDO SOBRE GESTÃO E VIOLÊNCIA NA ESCOLA
MUNICIPAL TEODORO SAMPAIO - SANTA CRUZ
SALVADOR – BAHIA**

Trabalho final de conclusão do curso de Mestrado Profissional sob o formato de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Patrícia Lessa Santos Costa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Salvador-BA

2017

Viana, Lícia do Espírito Santo

V614 Um estudo sobre a Gestão e Violência na Escola Municipal Teodoro Sampaio – Santa Cruz, Salvador - Bahia/ Lícia do Espírito Santo Viana. 62f. il.

Orientadora: Profa. Dra. Patricia Lessa Santos Costa.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Salvador, 2017.

1. Direitos Humanos - Educação. 2. Violência na Escola. 3. Escolas – Organização e Administração. I. Costa, Patrícia Lessa Santos. II. Universidade do Estado da Bahia. III. Título.

CDD: 371.780981

FOLHA DE APROVAÇÃO

UM ESTUDO SOBRE GESTÃO E VIOLÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL TEODORO SAMPAIO – SANTA CRUZ – SALVADOR – BA

LÍCIA DO ESPÍRITO SANTO VIANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, 14 de Dezembro de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Celeste Maria Pacheco de Andrade
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP



Prof.^a Dr.^a Patrícia Lessa Santos Costa
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof.^a Dr.^a Nordélia Costa Neiva
Escola Municipal Teodoro Sampaio
Doutorado em Língua e Cultura
Universidade Federal da Bahia – UFBA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por me terem dado educação, valores e por terem me ensinado a andar; que muitas vezes, renunciaram aos seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu. A minha filha Mércia que sempre me deu incentivo para continuar... E a meu neto, Lucas, minha razão de galgar mais um degrau. Meus amores incondicionais!

AGRADECIMENTOS

Nunca pensei que chegaria até esse momento: A minha dissertação!

Do processo seletivo, longa espera do resultado, a entrevista, o nervosismo, e a aprovação até a conclusão do Mestrado, foi um longo caminho percorrido. Nada foi fácil, nem tampouco tranquilo. Mas, a minha força de vontade, e a das pessoas com quem convivo me fez lutar e vencer mais uma etapa em minha vida.

Quero agradecer a todos aqueles que sempre confiaram em mim, desde sempre.

Primeiramente a Deus Pai todo poderoso, de me ter dado a oportunidade de ter nascido e de me carregar em seus braços em todos os momentos da minha vida.

À minha família e aos meus verdadeiros amigos, sempre. Sempre mesmo!

“E aprendi que se depende sempre

De tanta, muita, diferente gente

Toda pessoa sempre é as marcas

Das lições diárias de outras tantas pessoas.

É tão bonito quando a gente entende

Que a gente é tanta gente

Que a gente é tanta gente

Onde quer que a gente vá.

É tão bonito quando a gente sente

Que nunca está sozinho

“Por mais que pense estar...” (Caminhos do coração – Gonzaguinha.)

Aos meus pais, por me educarem, me inculcaram valores e por terem me ensinado a andar.

A meu pai que com seu sorriso e esse jeito infinito de me amar, e de confiar em mim.

Pai, meu amor eterno! À minha mãe, amor incondicional!

Mãe, você que me gerou e sempre me deu força, coragem e estímulo para conseguir chegar sempre onde almejei. A vocês que, muitas vezes, renunciaram aos seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu, partilho a alegria deste momento.

À minha filha Mércia que sempre me incentivou a continuar... E a meu neto, Lucas, minha razão de galgar mais um degrau. Te amo meu netinho!

Não citaria nomes, para não me esquecer de ninguém. Mas, há aquelas pessoas especiais que diretamente me incentivaram. Aos modelos em que procuro me espelhar

sempre: Leonardo Campos, que me deu uma força que jamais me esquecerei. A Micheli Cruz, pelos conselhos e foi quem na verdade me deu a ideia de participar da seleção de Mestrado.

Aos colegas da Escola Municipal Teodoro Sampaioque direta ou indiretamente, torceram por mim, em especial a Maria Eugenia de Oliveira Sampaio.

Aos colegas que conheci na UNEB: Cosme, Patrícia, Diele - meu doce de pessoa, que com sua paciência e educação me ajudou nas horas mais difíceis. Tive vontade de desistir, mas, ela, sempre me incentivando... Obrigada a todos! A Antonio Macedo, Balbina, Elano, companheiro desde o primeiro dia, e Igor Urpia, pelas leituras, conversas, feedbacks e conselhos. Amo vocês!

À Prof.^a Dr.^a Patrícia Lessa (UNEB), minha orientadora e exem permitido que eu interrompesse o processo, e pela confiança. Qt como você.

Aos professores, funcionários e colegas do Curso de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação – Gestec, da UNEB, em especial à Professora Celeste Pacheco, que muitas orientações me deram e que compôs e participou da minha banca de qualificação, o meu muito obrigado. A Dra. Nordélia Neiva, minha colega e orientadora externa da minha banca da qualificação que me auxiliou muita na conclusão dessa dissertação!

E até aqui me ajudou o Senhor!

RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre gestão e violência na Escola Municipal Teodoro Sampaio, a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, e a ação da referida instituição para enfrentá-la. Este estudo pretende dar um enfoque especial à violência na escola pública e suas manifestações, problematizando a atuação da gestão escolar no enfrentamento desse problema. Desta forma, construiu-se essa pesquisa, que demonstra e evidencia, a partir da perspectiva dos direitos humanos, a relação entre violência, contexto social e gestão escolar. Educadores da maior parte do país enxergam a violência como um problema sério, porque esta afasta ainda mais o aluno da escola, fazendo do espaço escolar não mais um lugar de segurança, mas, de vigília. Desta forma, são grandes os desafios do gestor escolar na garantia da gestão democrática e participativa, principalmente na mobilização e articulação diante das diversidades. A pesquisa é de cunho qualitativo e é caracterizada com o caráter de exploratória. A metodologia utilizada para se chegar a análise será a abordagem qualitativa, onde serão adotados, como procedimento de pesquisa, a pesquisa documental e aplicação de questionário direcionado aos gestores, professores e funcionários do Estabelecimento. Como resultantes desse trabalho, além da presente dissertação, foram produzidos um mini curso de formação continuada para gestores e docentes sobre Educação e Direitos Humanos, e uma Cartilha sobre a violência na escola.

Palavras-chave: Direitos Humanos – Educação - Gestão e Violência Escolar - Escola Pública.

ABSTRACT

This work - a study on management and violence at the Municipal School Teodoro Sampaio, aims to investigate the phenomenon of violence, from the perspective of human rights, and the action in this school. This study aims to give a special focus to violence in public schools and its manifestations, questioning the role of school management in tackling this problem. In this way, built up through the readings of important references, which demonstrate and show the relationship between human rights, violence, social context and school management, Educators in most parts of the country see violence as a serious problem, because it further disturbs the student from school, making school space no longer a place of security, but of vigilance. And this not only affects students and teachers as they do not have much incentive in the area feel more repulsed and being in the classroom. In this way, are great challenges the school manager in ensuring the democratic and participative management, especially in the mobilization and coordination in the face of diversity. The research is qualitative in nature and is characterized as field research. The methodology used to reach the analysis will be a qualitative approach, which will be adopted, as an analytical tool, the School documents such as the Book of parents meeting minutes, occurrences of books and a questionnaire directed to managers, teachers and staff establishment.

Keywords: Human Rights – Education - Management and School Violence - Public school.

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1: Formas de violência.....	33
Figura 1: Violências praticadas nas escolas	34
Tabela 2: Fatores que estimulam a violência.....	35
Gráfico 1: Fatores que estimulam a violência	35
Figura 2: Fatores que estimulam a violência	36
Gráfico 2: Participantes da pesquisa.....	37
Gráfico 3: Sexo dos participantes da pesquisa	37
Gráfico 4: Formação acadêmica dos participantes da pesquisa	38
Gráfico 5: Tempo de serviço na instituição.....	39
Gráfico 6: Vitimas da violência no serviço	39
Gráfico 7: Causadores da violência na escola	39
Gráfico 8: Ação reparadora diante da ocorrência.....	40
Gráfico 9: Motivação de violência	41
Gráfico 10: Existência de violência na escola.....	41
Gráfico 11: Testemunhas de atos violentos entre os alunos.....	41
Gráfico 12: Atribuição à violência escolar	43
Gráfico 13: Período de ocorrência.....	44
Gráfico 14: Intervenção em violência entre alunos	45
Gráfico 15: Testemunhas de ameaças aos professores.....	45
Gráfico 16: Risco para trabalhadores em comunidade violenta	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
MEU PERCURSO NA EDUCAÇÃO	13
1. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	15
1.1. DIREITOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO NO BRASIL.....	15
1.2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	17
1.3.A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO PROCESSO A SER ABORDADO NO CONTEXTO ESCOLAR.....	18
2. A ESCOLA PÚBLICA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA	21
2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL.....	22
2.26. A ESCOLA COMO ESPAÇO POLÍTICO PARA A ORGANIZAÇÃO POPULAR... 24	
2.3. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA PÚBLICA	25
3. METODOLOGIA	26
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	26
3.2. LOCAL DA PESQUISA	27
3.3. PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	28
3.4. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	28
4. A GESTÃO ESCOLAR E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA 29	
4.1. FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA GESTÃO ESCOLAR.....	29
4.2. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	30
4.3.A GESTÃO DO COTIDIANO ESCOLAR E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA.....	32
5. CONCLUSÃO	46
6. PRODUTOS DA PESQUISA CIENTÍFICA	49
6.1. CARTILHA	49
6.2.APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE MINI PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM DIREITOS HUMANOS PARA GESTORES ESCOLARES E DOCENTES	53
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	59

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a perspectiva da gestão escolar no enfrentamento da violência na escola pública. A violência é um problema social comum no mundo, e vêm afetando a sociedade.

Considerado um dos temas mais polêmicos da contemporaneidade, que, apesar de ser tratado com seriedade através da ação de ONGS, grupo da sociedade civil e do eixo governamental, ainda é uma questão que pede bastante atenção por ainda apresentarem-se altos índices de violência como evidenciado pela mídia e por estudos acadêmicos registrados em congressos, colóquios e seminários. Verifica-se também, através de dados do IBGE de 2012, a evidência de que entre 109 mil alunos do 9º ano do Ensino Fundamental ouvidos pelo órgão, 8,8% deixaram de ir pelo menos, uma aula nos 30 dias anteriores à pesquisa, por causa da violência.

Nesse sentido, é importante enfatizar os estudos que vêm sendo efetivados sobre a história da garantia dos direitos humanos e a violência no ambiente escolar, pois, nesses estudos encontram-se dados substanciais que evidenciam a ocorrência, como também as causas desta violência, abrindo o precedente para a ação dos gestores na sua erradicação, observando a relação que estas têm com a formação dos gestores, que atuam com crianças e adolescentes.

Temos a compreensão de que o grande desafio pedagógico em combater a violência é o de garantir aos sujeitos, que fazem parte do cotidiano escolar, e que tem em sua história a marca da exclusão, da marginalidade - o exercício da cidadania, com a finalidade de resgatar a sua cidadania, a participação social, cultural e política.

Nesse cenário, a problemática desta pesquisa procurou elucidar a situação da violência na escola pública, destacando a influência da gestão nesse contexto, e o desempenho dos mesmos na construção de sua *práxis*. Assim, investigamos se há dificuldade por parte dos gestores, de se criar estratégias para o tratamento da violência, que se manifesta desde agressões físicas e verbais, até ameaças e danos ao patrimônio, não se restringindo, porém, apenas a essas ocorrências.

Entende-se que o desafio de educar crianças, adolescentes e jovens deve proporcionar o desenvolvimento humano, social, político e cultural, exigindo um esforço por parte das instituições educacionais, diretores, gestores, educadores, educandos e de todos os personagens envolvidos na comunidade educacional e principalmente da sociedade. Esse

desafio não fica restrito apenas a viabilização das políticas públicas, mas também no investimento em estruturas, equipamentos, material didático e na formação e desenvolvimento profissional da área de educação.

Nesse sentido foi importante o aprofundamento nos estudos no que tangem às políticas públicas, direcionadas ao direito que todos os seres humanos possuem na sociedade, observando a relação destes na diminuição da violência escolar. Para consolidar o estudo, analisaram-se os trabalhos científicos dos seguintes autores: Bobbio ([1909] 2004), Dallari (2004), Abramovay (2012), dentre outros. Eles direcionam para a importância de problematizarmos a crescente manifestação de casos que se enquadram em violência escolar além da preparação do gestor, reconhecendo que o profissional que trabalha na educação de crianças, adolescentes e jovens deve formar-se em conhecimentos específicos, contextualizados, para que possa realizar a intervenção profissional no equacionamento de tais problemas.

Portanto, o interesse por este objeto de pesquisa surgiu a partir da minha atuação como professora de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Salvador. Nesse ambiente, tenho observado que a violência doméstica pode ser o fator responsável por desencadear os casos cotidianos de fúria e de má conduta comportamental por parte de alguns alunos em sala de aula e nos corredores da escola.

Os Direitos Humanos na escola devem ser abordados como a garantia da formação de uma cultura de referência para a dignidade humana, que se reafirma a partir do acesso e da vivência de alguns valores, os quais deveriam ser tratados no dia-a-dia das atividades curriculares e extracurriculares dentro da escola, como, por exemplo, os valores da: liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Salientando, que do ponto de vista dos direitos humanos, a educação não deve depender das condições humanas, econômicas, sociais, de gênero, e da sua cultura, étnico-raciais, pois, é preciso contemplar a todos em seu direito a educação.

O estudo sobre violência é importante, ainda mais quando relacionando aos direitos humanos assegurados pelo poder público, e o papel dos gestores escolares frente a essa adversidade. Na tentativa de chegar a uma resposta, essa pesquisa teve como objetivo geral investigar o fenômeno da violência, a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, que se conceitua por uso da força ou ação que machuca que pode resultar em ferimentos ou até a morte ou por abuso de poder, e a ação da Escola Municipal Teodoro Sampaio para enfrentá-la.

No intuito de torná-lo mais compreensivo, formularam-se quatro objetivos específicos. Seja mapear os casos de violência que fazem parte da realidade da instituição de ensino em parceria com a coordenação pedagógica e a gestão escolar; investigar quais as causas que levam esses alunos a manifestarem comportamentos violentos; seja estas agressões verbais ou físicas, observar as ações da gestão escolar no sentido do enfrentamento intramuros; e construir uma ampla rede de negociações reflexivas entre pais, gestores escolares, líderes comunitários, professores e demais membros da sociedade civil, tendo em mira a discussão da violência doméstica detectada em alguns estudantes no ambiente escolar.

Como nossa contribuição aos educadores (gestores e docentes em especial), e como resultado deste trabalho e de nossa reflexão, se produziu uma cartilha sobre a violência no ambiente escolar: como se apresenta e meios de coibi-la; e um projeto de formação continuada sobre educação e Direitos Humanos no formato de oficina.

Pretende-se assim, com esses produtos, contribuir para a melhoria e resolução de problemas referentes à violência na escola e auxiliar tanto a gestão como a comunidade escolar no combate a essa mazela que tanto prejudica o processo educacional escolar.

MEU PERCURSO NA EDUCAÇÃO

Nasci no Alto da Sereia, área localizada no bairro do Rio Vermelho, Salvador, Bahia. Filha de mãe costureira e pai pintor de automóveis. Meus pais, os quais tiveram dois filhos contando comigo, sempre falaram e se esforçaram para dar o que nunca obtiveram, já que não tiveram oportunidade de estudar.

Por insistência da minha mãe que queria que eu fosse professora (o que era seu sonho), me matriculei na primeira turma de Magistério, no Colégio Bartolomeu de Gusmão, em Lauro de Freitas, e nesse mesmo período fui aprovada no vestibular na UNEB, especificamente no CETEBA, para cursar Licenciatura Curta em Técnicas Comerciais, disciplina que fazia parte do Núcleo Diversificado da Educação.

Daí comecei a procurar escolas para ensinar, pois não tinha nenhuma experiência e quando terminei os cursos, era professora primária e de Técnicas Comerciais. Fui atuar na Escola Cenecista Magalhães Neto, em Madre de Deus, lecionando disciplinas relativas a meu curso: Mecanografia, Técnicas Comerciais, e outras disciplinas afins. Também lecionei no Colégio Lomanto Júnior em Itapuã.

Tentei plenificar meu curso (migrar de licenciatura curta para licenciatura plena), porém, não tinha tempo, pois, trabalhava no diurno em Madre de Deus, e a noite como técnica administrativa em Salvador.

Por motivos de ordem particular cancelei minha matrícula no curso de Administração Escolar, na Uneb. Nesse ínterim, prestei concurso para professora pela Prefeitura de Salvador em 1987 sendo aprovada, vindo a tomar posse em 1992, sendo lotada em Itapuã na Escola Manuel Lisboa Nesse mesmo período fui convidada para lecionar Língua Portuguesa, no município de Lauro de Freitas, no bairro de Itinga.

Atuei em diversas escolas em Lauro de Freitas e fui trabalhar como coordenadora de um projeto chamado CAIC Lazer Cidadão, onde eram oferecidas oficinas de capoeira, dança e futsal para crianças em situação de risco. Foi a partir daí que comecei a me interessar pela temática da violência no contexto escolar, que essas crianças traziam para os espaços fora de suas casas.

Assim, fui lecionar em um bairro de Lauro de Freitas, considerado perigoso: Portão. E lá fiquei por sete anos, que foram para mim, um dos melhores lugares que trabalhei; e por esse amor e interesse pela realidade de lá, me inscrevi em um curso de pós-graduação, a saber: Intervenção e Prevenção na Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, oferecido

pela UNEB/CETEAD. Solicitei a então Secretária de Educação do Município de Salvador, Dirlene Matos Mendonça, uma bolsa de estudos, pois, o curso era muito dispendioso, e eu não possuía condições financeiras de assumir os gastos, ganhei a bolsa!

Esse curso que tinha convênio com a Secretaria de Segurança Pública- SSP, sendo coordenado pela psicóloga Débora Cohim. Ali aprendi muito e a partir daí não parei mais, no sentido de pesquisar e tentar descobrir a causa dessa violência.

Me inscrevi para participar do primeiro Grupo de Conselheiros Tutelares em Salvador e fui trabalhar como primeira suplente na Região VIII, em Cajazeiras. Posteriormente fui cursar Letras com Inglês na Faculdade de Tecnologia e Ciências- FTC. Graduada em 2008 e passei a lecionar Língua Portuguesa na rede escolar do município de Salvador.

Mais tarde fui convidada para participar da chapa de um sindicato de classe e ali permanecendo por seis anos, e quando perdemos as eleições, fui enviada, digamos que por “castigo”, para lecionar no bairro da Santa Cruz, onde permaneço até a presente data e me sinto muito feliz.

Ressalto que pude buscar explicações para a problemática da violência e para os anseios da minha vivência em sala de aula.

Meu interesse pelo, se deve ao fato de que por fazer parte do quadro de professores, me incomodava a quantidade de vezes que não só eu, como os colegas retirávamos alunos da sala de aula por algum tipo de comportamento agressivo. E, também, por causa da necessidade de um estudo aprofundado para compreender a problemática das manifestações de atos violentos na Escola Municipal Teodoro Sampaio. Assim, busquei informações, elaborei o projeto fiz minha inscrição para o Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, modalidade Mestrado Profissional, ora em fase de conclusão.

1. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Nesta secção, delinear-se-á considerações acerca da Educação e Direitos Humanos, procurando de forma abrangente, expor aspectos importantes sobre o assunto no Brasil e sua influência no contexto estudantil, considerando também, para isso, os contextos sociais e familiares, bem como seu reflexo nas relações escolares.

1.1.DIREITOS: CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO NO BRASIL

Ao falarmos em direitos, devemos recorrer ao contexto político, social e histórico do país ao qual nos referimos. É importante mostrar que a cultura brasileira tem uma Declaração Universal de Direitos Humanos datada de 1948, e uma Constituição estabelecida pela República Federativa do Brasil no ano de 1988, que asseguram os direitos e garantias fundamentais para o cidadão.

A Declaração Universal de Direitos Humanos é um documento que marca a história. Foi elaborada por representantes de diferentes linhagens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo. Proclamada em Paris pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como um preceito comum a ser alcançado por todos os povos e nações. Ela estabelece, assim, a proteção universal dos direitos humanos que, de acordo com Bobbio ([1909] 2004, p. 20), passou por três fases. A primeira tem como princípios direitos da liberdade “todos aqueles direitos que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado”. Consoante Bobbio, a segunda proclamou os direitos políticos, os quais visaram à autonomia dos mais diversos grupos de uma comunidade na participação política. E a terceira, ainda de acordo com o autor, propôs a garantia dos direitos sociais, considerando as novas exigências no que diz respeito aos valores, igualdade, bem-estar entre outros.

A Declaração Universal de Direitos Humanos foi escrita a partir do impacto das barbaridades ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial. A descoberta desses problemas começou a ser feita de forma superficial, com eliminação do que se referia à União Soviética e os abusos cometidos pelas forças ocidentais durante a guerra. Desse modo,

A ASSEMBLÉIA GERAL proclama a presente DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de

medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (UNESCO, 1998).

A Declaração, em seu Artigo I é iniciada com a afirmação de que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos; são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (UNESCO, 1998). Assim, reconheceu-se o princípio da igualdade essencial de todo ser humano em sua dignidade de pessoa. Vale ressaltar que a partir da Declaração, houve o início da consideração dos valores, sem distinções de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição, como se diz no Artigo II da Declaração. Esse reconhecimento só foi possível, por que a ideia de superioridade de uma raça, de uma classe social, de uma cultura ou de uma religião, sobre todas as outras, coloca em risco a sobrevivência da humanidade. Entretanto, na prática, se observa que os direitos humanos ainda não contemplam a todos na educação, conforme dita a declaração.

Nesse contexto, no decorrer do século XX, percebeu-se que o princípio da igualdade de todos os seres humanos deve ser acrescido ao reconhecimento do chamado direito à diferença e, assim, a Constituição Brasileira corrobora a sustentação desse fato.

A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, é a lei fundamental e suprema do Brasil, e em suas normas assegura vários direitos fundamentais. Em seu Artigo I, a Constituição da República aplica o princípio da cidadania (inciso II), dignidade da pessoa humana (inciso III) e os valores sociais do trabalho (inciso IV). De tal modo, a cidadania “expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo” (DALLARI, 2004), o que está diretamente ligado ao reconhecimento e consideração da opinião individual e respeito à diferença.

Atualmente considera-se cidadão aquele que pode usar e desfrutar de suas liberdades públicas, dos seus direitos socioeconômicos e dos direitos solidários. A cidadania, hoje em dia, engloba uma série de outros direitos. Destacam-se o direito à vida, a privacidade, a igualdade, a liberdade (e aqui se encontra uma série de direitos como a liberdade de expressão, a locomoção, a religião, a segurança pessoal, entre outras) à informação, à representação coletiva, a associação, a propriedade e seu uso social, à cultura, à educação, à saúde, ao meio ambiente equilibrado, ao asilo, ao devido processo legal, à presunção de inocência, entre outros.

1.2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, em seu Artigo 26, nos diz que:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (UNESCO, 1998)

É a partir da Declaração que se destaca a garantia da educação em direitos humanos como algo essencial para a vida do ser humano. Na atualidade a grande maioria dos países no mundo garante o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma extensão da cidadania, e essa relação é indispensável para as políticas que objetivam a participação das pessoas nos espaços sociais e políticos. Assim, pode-se considerar que, a partir do que nos diz Rizzi, Gonzalez e Ximenes (2011, p. 14), os direitos humanos foram elaborados com reconhecimento de que todo ser humano, independente da sua condição, deve ser reconhecido e respeitado com igualdade; sendo assim, não poderá ser tratado como inferior e é protegido por lei como parte integrante de toda e qualquer organização social e política. Mais tarde, muitas classes de trabalhadores, como homens, mulheres, jovens, homossexuais, indígenas, grandes e pequenos comerciantes, camponeses, entre outros lutaram para que esses direitos fossem conquistados, e essa luta continua até os dias de hoje.

Considera-se a educação em Direitos Humanos como a garantia da formação de uma cultura de referência para a dignidade humana, que se reafirma a partir do acesso e da vivência de alguns valores, como por exemplo: da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Assim sendo, a formação desta cultura significa “criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que contemplemos valores essenciais” (BENEVIDES, 2000).

É importante frisar que quando se fala em educação em direitos humanos, está se falando também em educação para a cidadania.

Consoante o exposto, numa era em que a cidadania encara novos desafios, busca diferentes espaços de atuação e abre novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, é importante ter o conhecimento de fatos que se

demonstram ser relevantes para a garantia de um futuro melhor para todos. Pois, o direito à educação escolar é um espaço que não pode perder sua atualidade.

Segundo Bobbio (1987), o não alinhamento dos direitos humanos em educação se dá por conta de reformas que não se constam em garantir liberdade ou ampla inclusão, pois ainda existem distâncias ditas por classes e por outro lado, ainda há reformas que não são de cunho libertário, pois atrelam uma obrigatoriedade de presença de alunos sem estabelecer um modelo de educação a ser seguido, seja pelo meio público ou privado.

1.3.A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO PROCESSO A SER ABORDADO NO CONTEXTO ESCOLAR

Há informações importantes no contexto escolar que decorrem dos direitos humanos, visto que problematizam as possibilidades de reivindicação e de garantias dos benefícios que as pessoas possuem na sociedade. Assim, essa questão deve estar vinculada a uma noção de direitos, mas, também de deveres; entretanto, estes devem ser decorrentes das obrigações do cidadão e de seu compromisso com a solidariedade. É necessário, ainda, que sejam apresentadas as razões e as consequências da obediência a normas e regras de convivência.

Vinculado à escola, os direitos se relacionam com uma comunidade específica, através dos projetos político-pedagógicos. Na atualidade, entende-se que este ambiente escolar teria uma função social importante: construir um projeto de sociedade que possibilitasse a participação dos indivíduos na produção da sua existência, como sujeitos de direitos ativos na realidade que se constrói durante a formação histórica. Assim, a atuação social da escola na atualidade versaria a formação de seus alunos para o convívio em uma cultura de disparidade e de direitos, além da preparação para a cidadania e para o mercado de trabalho. Desse modo, a maturidade no convívio com a diversidade não é uma tarefa simples, pois, nos impulsiona a interrogar diariamente nossas estimas, a observar tomadas de decisões e a acionar novas crenças que se somarão às já existentes e muitas vezes arraigadas dentro de nós.

Portanto, no novo padrão de sociedade, o qual procura uma cidadania cada vez mais expandida, devemos ser capazes de ser reflexivos e conseqüentemente, a escola ensinará a preservação dos direitos humanos na educação, dada a sua importância no contexto escolar.

Disponibilidade – significa que a educação gratuita deve estar à disposição de todas as pessoas. Deve haver vagas disponíveis para todos os que manifestem interesse na educação escolar.

Acessibilidade – É a garantia de acesso à educação pública, disponível sem qualquer tipo de discriminação. A educação deve estar ao alcance de todas as pessoas, independentemente de sua condição econômica, portanto, deve ser gratuita.

Aceitabilidade – Garante a qualidade da educação, relacionada aos programas de estudos, aos métodos pedagógicos, à qualificação do corpo docente e à adequação ao contexto cultural.

Adaptabilidade – Requer que a escola se adapte a seu grupo de estudantes; que a educação corresponda à realidade das pessoas, respeitando sua cultura, costumes, religião e diferenças. (RIZZI; GONZALEZ; XIMENES, 2011, p. 25)

Assim, os direitos humanos na escola devem ser abordados, visando promover benefícios para os alunos e a comunidade escolar, diminuindo a crença de que a garantia da escola é apenas a preservação de uma vaga para o aluno. Corroborando com esse posicionamento podemos verificar a Legislação, que determina nos currículos escolares uma adaptação da escola quanto à diversidade e necessidade de seus estudantes.

Em consideração às Leis, Declarações, Estatutos, Portarias, Decretos e emendas existentes no território brasileiro, tais como: 1988 – Constituição da República Federativa do Brasil, 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990 – Declaração Mundial de Educação para Todos, 1994 – Declaração de Salamanca, 1994 – Política Nacional de Educação Especial, 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 2001 – Plano Nacional de Educação, – Resolução CNE/CP, 2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação, 2011 – Plano Nacional de Educação, dentre outros, destacam-se a Constituição Federal e as Leis de Diretrizes e Bases para essa discussão.

Dessa forma, menciona-se a Constituição Federal do Brasil, de 1988, caracterizada como Carta Magna, a qual determina que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (ARTIGO 205 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL). Nesse sentido, a sociedade brasileira não pode ficar a parte de tamanha responsabilidade para a formação dos indivíduos, os quais estão em determinado grupo socialmente formal; ou melhor, os indivíduos que vivem e estão em sociedade precisam perceber que existe a necessidade de promover a educação para os seus filhos, a fim de que ocorram mudanças pontuais, tanto na vida de seus familiares quanto na vida das pessoas que estiverem próximas. Afinal, só através das oportunidades é provável que se alcancem relativos sucessos, frente a um mercado totalmente exigente, tal qual é apresentado no cenário econômico brasileiro.

Chama-se atenção para as diretrizes e bases da organização do sistema educacional – a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96 – LDB), conhecida também como Lei Darcy Ribeiro,

aprovada em 20 de dezembro de 1996. A LDB proporcionou à escola, e aos que nela estão envolvidos, a possibilidade da existência de saberes necessários à vida familiar, social, além da inter-relação voltada à participação de todos na construção de um ambiente em que os indivíduos possam valorizar e serem, efetivamente, valorizados pelas presenças críticas.

A LDB é considerada um dos pilares para preservação e focalização dos direitos humanos no contexto escolar brasileiro. Dentre seus artigos, destaca-se o que segue:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013). (LDB, 1996)

Diante dos incisos que compõem o Artigo 3º da LDB, pode-se depreender que a escola é a principal responsável pela garantia, preservação e perpetuação dos direitos humanos no contexto escolar. Colaborando com esses objetivos estruturantes para a garantia do direito a educação, temos o Plano Nacional de Educação (PNE) que foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O Ministério da Educação contou com a participação de mais de 60 entidades, entre sindicatos, associações, conselhos e a secretaria de educação. O plano foi enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional em dezembro de 1997. Parlamentares apresentaram um projeto substitutivo e, após muitos debates e a criação de emendas, o plano foi aprovado no final de 2000 e sancionado pelo presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, em 9 de janeiro de 2001.

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas

anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior. (PNE – MEC)

As obrigações do PNE se deram a partir dos Artigos 9º, 10º e 11º da LDB, a qual determinou que:

Art. 9º. A União incumbir-se-á de

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

Art. 10º. Os Estados incumbir-se-ão de:

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

Art. 11º. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

Conforme o exposto anteriormente, os pilares para se preservar e focalizar os Direitos Humanos no contexto escolar encontram-se nas legislações. Os Direitos Humanos possuem uma capacidade que faz com que a sociedade e os segmentos sociais transformem um problema em regras de respeito à dignidade humana, e assim, ele está atrelado à legislação. Dessa forma, é um tema que transita no ambiente escolar, desde a criação das escolas em bairros periféricos até o uniforme, que faz com que as “diferenças sejam disfarçadas”.

2. A ESCOLA PÚBLICA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

Pretende-se, neste capítulo, abordar o surgimento e o contexto da escola pública no Brasil, buscando definir a escola como lugar de posicionamento ideológico que contribui com a politização popular.

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

De acordo com Cambi (1999), o ensino público teve o seu início nas contradições religiosas e políticas do final da Idade Média. Parte-se da hipótese que o movimento da Reforma Protestante iniciado por Martinho Lutero, teve influência na escolarização popular. Conforme Manacorda (1989), as manifestações sociais que ocorreram na Alemanha iniciaram a modificação do sistema de ensino.

No contexto brasileiro, muito se comentava sobre a instrução pública no final do império, no entanto, nada se fez a respeito durante esse período e os subsequentes – a abolição dos escravos e proclamação da República.

Na década de 20 se deu uma atenção maior para instituir a escolarização primária de forma gratuita e obrigatória para a população mais pobre. Apesar da escola pública brasileira, nas primeiras décadas do século XX, ter como objetivo a escolarização das camadas populares, só os trabalhadores urbanos foram contemplados, ficando de fora da instrução pública proporcionada pelo Estado os pobres, os miseráveis e os negros. Por volta de 1920, porém, essa classe desfavorecida começou a reivindicar o seu espaço no ambiente público escolar, despertando na burguesia brasileira, a preocupação com a organização do sistema capitalista, que dependia da preparação da massa para o mercado de trabalho.

Desse modo, o regime criado pelo golpe militar de 1964, criou uma forma de tornar acessível a todos uma educação no Brasil, mas, atrelada a isso, uma conexão da educação pública aos interesses do mercado e de estímulo a favorecer a privatização do ensino. Só que muitos professores procuraram universidades de qualidades duvidosas e isso colocou em risco a qualidade das universidades e conseqüentemente a desqualificação da escola pública nessa época. Esse processo gerou um entrelaçamento perverso entre as redes públicas e privadas. Os que advinham das classes mais baixas e humildes frequentavam, logicamente, as escolas que ofereciam um ensino básico de péssima qualidade, fazendo que quem quisesse ter acesso ao ensino superior teria de pagar por um ensino privado. Por isso quem possuía condições financeiras melhores frequentava as escolas privadas, e os membros das elites ainda abusavam de seus recursos, ocupando também as vagas das escolas públicas, roubando os direitos aos que realmente os mereciam e os possuíam.

Essa concepção pregava a relação direta da escola com o mercado de trabalho, e colocava que esta instituição deveria garantir uma formação adequada para proporcionar o desenvolvimento de capacidades técnicas de inserção no mercado de trabalho. Saviani (2005) informa-nos que, com o fim do período do milagre econômico, do estado de bem-estar social e, conseqüentemente, da política de garantia do pleno emprego, esta concepção sofreu críticas principalmente de autores que questionavam a relação direta da escola com o mercado de trabalho.

As décadas compreendidas entre 1930 e 1960 representam para o Brasil, mudanças estruturais sobre a construção de um sistema nacional de educação pública. No que tange o plano estrutural, o país passava por uma transformação caracterizada pela aceleração do modo

capitalista de produção, que, portanto, proporcionou alterações na estrutura do aparelho escolar.

Além das críticas consideradas por Saviani (2005), reprodutivistas com o processo de redemocratização do país na década 1980, foram formuladas novas críticas a essa concepção pedagógica que persistia. Buscando superar esses problemas, foram propostas algumas mudanças no que diz respeito ao capitalismo, haja vista que deve existir uma separação entre a escola, que propõe a educação, e o trabalho, que é considerado o processo produtivo e que deve surgir depois do período escolar. Assim, a função da escola passa a ser a construção da cidadania. Saviani (2005) afirma que, mesmo com todo embate empreendido na década de 1980, a concepção produtivista se manteve hegemônica, passando por adaptações que foram exigidas pelas diferentes conjunturas socioeconômicas.

Nesse contexto, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e o início do seu governo em 2003, gerou-se uma expectativa de alteração na concepção de pedagogia produtivista, pois, o referido governo marcado pela conciliação de classes, tinha sua base de sustentação composta por setores da burguesia nacional desenvolvimentista e também por setores ligados à classe trabalhadora. Fator responsável por oportunizar um elemento diferente na conjuntura, pois, a classe trabalhadora cultivou esperanças de alterações no direcionamento das políticas governamentais, dentre elas as educacionais, visto que “despertaram e infundiram a esperança de mudanças sociais no mundo do trabalho. Mas, basicamente implementaram uma cultura política de mudança pela via de negociações e transações políticas dentro dos limites institucionais e reconduziram políticas sociais compensatórias precedentes de modo magnificado” (BARBOSA, 2015, p. 15-16).

Essa prática adotada pelo Governo do Partido dos Trabalhadores, de implementar uma cultura política baseada em negociações e transações políticas dentro dos limites institucionais, e, além disso, a recondução de políticas públicas sociais compensatórias se expressou nas formulações de políticas e programas educacionais. O exemplo tem o caso do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em 2007, que contém a relação de diversos programas voltados para a qualificação da educação pública.

As políticas e programas constantes no PDE foram implementados ao longo dos anos seguintes de seu lançamento. O Ministério da Educação foi revelando a fundamentação teórico-pedagógica dos programas contidos no bojo do PDE de maneira progressiva.

2.2. A ESCOLA COMO ESPAÇO POLÍTICO PARA A ORGANIZAÇÃO POPULAR

A educação no contexto ideológico capitalista tem sido vista pela perspectiva da economia, como formação do capital humano. Adota-se um modelo de formação, de pessoas produtivas para o mercado, que se torna hegemônico, constituído pelas competências necessárias à empregabilidade. Nesse sentido, refletir numa educação que venha na direção oposta a essa ideologia, que atenda às necessidades da população excluída dos direitos básicos da existência humana e dos princípios da formação de sujeitos críticos, solicita um aprofundamento complexo sobre os fundamentos dessa educação a ser direcionada e construída para atender as necessidades do povo, a partir da sua realidade.

Assim, busca-se refletir sobre a escola, a educação e a ação docente no processo de ensino e de aprendizagem, através de uma análise sobre o papel social da escola, o currículo e a formação docente.

O papel social da escola tem sido a garantia de uma educação popular a qual se relaciona com o efetivo cotidiano das pessoas, proporcionando-lhes conhecimento que implica na tomada de posição.

Consoante Luckesi (1998), existem três tendências que interpretam o papel da educação na sociedade: a primeira, denominada redentora, considera que o papel da educação é retirar o indivíduo da ignorância, sem se preocupar, contudo, com as questões sociais, como a desigualdade e a injustiça, pois, a função da escola não é intervir na sociedade, considerada justa da forma em que se encontra estabelecida; a outra tendência é a reprodutora, que atribui à educação o papel de reproduzir a sociedade da forma em que se encontra estruturada, cabendo à escola preparar o indivíduo para sua inserção. Por fim, a terceira tendência, denominada progressista ou revolucionária, preocupa-se em educar o indivíduo para conhecer criticamente a sociedade, preparando-o para nela intervir e transformá-la, tornando-a menos desigual e injusta. (LUCKESI, 1998).

2.3.A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA PÚBLICA

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que toda criança e adolescente tem direito à educação, sendo de sua obrigação dispor-se ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita nas proximidades de

sua residência; é também dever do Estado assegurar ensino fundamental obrigatório e gratuito (Artigo 208 da Constituição).

Conforme Estatuto da Criança e do Adolescente, LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a criança tem o direito a educação, a cultura, ao esporte e ao lazer e a escola é a responsável por disponibilizar grande parte desses direitos:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

Como se verifica nos trechos apresentados da Lei frisa-se que é um direito garantido acesso à educação de crianças e adolescentes, objetivando o desenvolvimento enquanto pessoa, preparando-lhes para o exercício da cidadania e qualificando-lhes para o mercado de trabalho. A lei informa que os pais ou os responsáveis têm a obrigação de matricular a criança na rede regular de ensino, sendo que será de responsabilidade dos gestores escolares comunicarem ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo os alunos.

3. METODOLOGIA

Nesta seção serão abordadas as questões metodológicas relacionadas à pesquisa sobre “Um Estudo sobre Gestão e Violência na Escola Municipal Teodoro Sampaio”. Para tal, foi realizada uma pesquisa descritiva com análise de documentos e entrevista com profissionais da escola, para alcançar o objetivo desta pesquisa, o qual busca investigar o fenômeno da

violência a partir da perspectiva dos Direitos Humanos e a ação da Escola Municipal Teodoro Sampaio para enfrentá-la.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa, já que o interesse da mesma é a compreensão de um grupo social formado por gestores, professores e funcionários da Escola Municipal Teodoro Sampaio, os quais participam do contexto de violência presente na escola, e busca observar de que forma o mesmo pode contribuir para uma melhor atuação e diminuição desse problema no espaço escolar.

Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa está relacionada no levantamento de dados sobre as motivações de um grupo, em compreender e interpretar determinados comportamentos, a opinião e as expectativas dos indivíduos de uma população.

O objetivo é explorar, portanto, não tem o intuito de obter números como resultados, mas, informações que possam nos indicar o caminho para tomada de decisão correta sobre uma questão-problema.

Os recursos mais usados na pesquisa qualitativa são as entrevistas semi estruturadas, observação em campo, entrevistas por telefone, entre outros. Assim, de acordo com Godoy (1995, p. 21), nessa perspectiva “um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”.

Para isso, utilizou-se da pesquisa descritiva, que é um tipo de abordagem qualitativa, pois esta busca descrever fenômenos e fatos de uma realidade, que nesse caso é a violência no contexto escolar. Estudos de caso, análise documental são exemplo de pesquisas descritivas, sendo a segunda utilizada nesse trabalho, porque foi pesquisado em diversificadas fontes, sendo uma dessas fontes os livros onde são abordados toda a trajetória, elaboração e desenvolvimento do tema da dissertação. Diante disso, ressalta-se o que afirma Fonseca:

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32)

Nesse modelo de pesquisa “o objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande porte, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (DESLAURIERS, 1991, p. 58). Isso ocorre, neste trabalho, através da entrevista estruturada na forma de um questionário, que é direcionada aos gestores, professores e funcionários da Escola Municipal Teodoro Sampaio, onde se busca obter mais informações sobre a atuação de cada profissional diante da violência no contexto escolar.

A partir dessa entrevista, através de questionários, novas informações sobre os motivos da prática de violência podem servir de base para pensar em uma metodologia para eliminara mesma.

3.2.LOCAL DA PESQUISA

A escola¹ escolhida para se procedera observação do índice de violência para essa pesquisa foi a Escola Municipal Teodoro Sampaio, localizada no bairro da Santa Cruz, onde trabalho há seis anos. A escolha se deu devido a minha inquietação frente aos problemas que enfrento como profissional da Educação.

Esse bairro pertence à região administrativa VII da cidade do Salvador, cuja área é constituída também pelos bairros Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina e Chapada do Rio Vermelho, limitando-se ao Nordeste de Amaralina e ao Parque da Cidade.

Pelo fato de estar próximo ao centro urbano, tornou-se uma opção de moradia para quem vinha trabalhar em Salvador, passando por um processo de ocupação, outrora denominado de invasão, e tornou-se um bairro extremamente populoso, reunindo famílias em situação de extrema pobreza.

O bairro é composto por um aglomerado de casas de família de baixa renda e trabalhadores informais como baianas de acarajé, pescadores, ambulantes e outras profissões mais tradicionais na comunidade, se destacando o desenvolvimento de produções culturais e artísticas propiciando o surgimento de músicos, capoeiristas sob fortes influencias de matrizes africanas e do recôncavo baiano, de onde vieram boa parte dos imigrantes dessa região. No

caso da Santa Cruz, é importante salientar que o alto índice de violência, especialmente contra crianças e jovens está profundamente relacionado a três elementos externos à comunidade, que são: a frágil presença do poder público, a ação do tráfico de

¹ Nos apêndices estão as fotos para fazerem a demonstração da organização e o espaço da escola.

drogas, e o abuso de poder pela polícia.

A escola possui três pavimentos distintos para aulas, dezessete salas de aula, um refeitório, sala da gestão, sala dos professores, uma secretaria, auditório, área interna para aguardar as aulas, cantina, quadra de esportes, sala de capoeira, sala de artes, sala de dança, sala de jogos, além dos banheiros e de outras salas como depósito de materiais, etc.

3.3. PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados a partir de uma intencionalidade determinada pelo objetivo do trabalho: o de investigar o fenômeno da violência a partir da perspectiva dos Direitos Humanos e a ação da Escola Municipal Teodoro Sampaio para enfrentá-la. Os participantes são sujeitos que estão inseridos nesse contexto: gestores, professores e funcionários.

Ao todo foram selecionados 14 participantes, dos quais: 03 gestores, 07 professores e 04 funcionários.

3.4. TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

O instrumento metodológico do trabalho é a entrevista estruturada, que segue um roteiro de questões previamente elaboradas, cujo objetivo é o de coletar dados necessários para pesquisar sobre a Gestão e Violência na Escola Municipal Teodoro Sampaio e como os participantes lidam com esse problema. A entrevista é uma das técnicas alternativas para coletar dados, podendo atualmente ser feita também através de trocas de *e-mail*, facilitando ainda mais essa coleta. Essa técnica permite também uma interação social, em que se procura obter dados sobre determinado fato enquanto a outra pessoa representa a fonte de informação.

Assim, essa entrevista tem o caráter de coletar informações de uma forma mais estruturada. A escolha de questões para compor o questionário permite uma maior fidelidade das respostas, pois, proporciona que o entrevistado seja pontual em sua resposta, sem impossibilitar, na coleta de dados, suas impressões pessoais e seu real ponto de vista.

São três questionários específicos para cada profissional, pois as questões² para cada área de atuação do profissional se constituem de forma diferente, sendo: 17 questões para os gestores, 16 para os professores e 15 para os funcionários.

Os questionários serão entregues aos informantes, que terão 30 minutos para responder as questões. Depois de respondidos, serão recolhidos e assim proceder-se-á à análise de dados.

4. A GESTÃO ESCOLAR E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

O conceito de gestão escolar assume um papel de suma importância quando a escola deseja atender as exigências da vida social atual. Assim, neste capítulo será problematizada a função do gestor frente às demandas da atualidade.

4.1. FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA GESTÃO ESCOLAR

A gestão surgiu depois da Revolução Industrial (Século XIX), quando as empresas perceberam a necessidade de solucionar ou ainda amenizar os problemas humanos dentro de seu raio de ação, principalmente para com a produção em larga escala de produtos industriais – o que antes não existia; e se existia era em menor proporção. Na medida em que as empresas cresciam, cresciam também as dificuldades que envolviam os trabalhadores, tais quais: cumprimento do horário de serviço, relação com outros colegas em seus respectivos setores, respeito aos superiores hierárquicos – tudo o que poderia causar avanços na empresa, sobretudo no setor educacional. Daí surgiu a administração.

Embora haja outras formas de gestão: gestão de projetos, gestão ambiental, gestão federal, gestão estadual, gestão municipal, escolhe-se a gestão escolar/educacional por estar diretamente ligada ao processo pedagógico escolar.

A sociedade atual vive em processo de constantes transformações econômicas, políticas, sociais, culturais, de valores e na forma de ver e interagir no mundo. A escola, entretanto, se encontra no interior do processo de mudança e tem o desafio de adequar-se à sociedade, cada vez mais dinâmica. As instituições de ensino são unidades especiais, que fazem parte de um contexto socioeconômico e cultural, marcado pela pluralidade e diversidade.

Desta forma, as ações dos gestores educacionais devem ser articuladas e contar com a participação de todos no processo, desde o planejamento até a execução, caso contrário, não conseguirão o objetivo desejado. Destaca-se, também, a dinâmica necessária na ação dos

gestores educacionais e das escolas, importante para acompanhar as mudanças cada vez mais acentuadas na sociedade.

Um dos subsídios mais importantes para desenvolver o nível de aprendizado em uma instituição de ensino é a gestão escolar. Ela é responsável por incitar o ensino de qualidade, oferecer uma visão ampla do desenvolvimento da escola e estimular seu desenvolvimento. Sendo assim, o gestor dedica-se com comprometimento a áreas de atuação, que vão desde a gestão pedagógica até a gestão dos resultados escolares, passando pela capacidade administrativa, gestão financeira e até relações pessoais entre funcionários, pais e estudantes.

Assim, na mesma proporção que as necessidades surgem, os gestores também devem atuar paralelamente, objetivando suprir as demandas do contexto escolar para que exista um bom desenvolvimento na escola, seja para os alunos, professores, funcionários ou pais.

4.2.A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Embora muitas pessoas não acreditem que a escola, pública ou privada, seja uma empresa desconsiderando-a como tal, como qualquer outra, ela precisa ser administrada para o bem dos clientes internos e externos. Porém, a má gestão das escolas contribui para o aumento do fracasso escolar. Quando o estudante abandona os estudos, essa é, aparentemente, uma decisão final; mas, por outro lado quando o estudante continua em curso e não desenvolve saberes necessários para acesso à universidade e, por isso, interrompe-se no Ensino Médio, isso sim é um fracasso do sistema educacional e da escola por si.

Dentro dessa discussão, seria oportuno trazer à luz do conhecimento: a quem interessa tanto o fracasso escolar? Pode-se afirmar que cabe ao Município; ao Estado (no sentido de órgãos responsáveis pela educação básica). Uma das ilustrações mais comuns é a de que os filhos de homens e mulheres ricos serão ricos, pois têm acesso à informação; à qualidade no aprendizado; os profissionais da educação particular não faltam ao trabalho nem fazem greves por melhores condições para desenvolverem suas atividades. A gestão de pessoas é real nessas instituições.

Imagina-se, então, como seria a escola pública: falta constante de professores; paralisações por melhores condições de trabalho; estado de greve; greves; baixa autoestima dos profissionais do quadro da educação; estudantes com graves dificuldades no aprendizado; falta de qualificação dos professores; ausência total e significativa dos gestores públicos estaduais e municipais – tudo isso, aliado a falta de esperança de alguns estudantes no futuro – contribui para o fracasso dentro das Unidades de Ensino.

O fato é que, se a equipe institucional cultivar sensações positivas, compartilhar aspirações profissionais, atitudes de respeito e confiança, isso gera valores realmente significativos para a instituição. Haja vista que se professores e funcionários, ao estarem num ambiente estimulante, sentir-se-ão mais dispostos e encorajados para trabalhar e ainda promover um trabalho coletivo cooperativo e prazeroso.

Segundo Libâneo (2004), algo considerado de grande importância para o gestor educacional é a necessidade de administrar suas próprias ações, respeitando, sobretudo, as diferenças, pesquisando, analisando, dialogando, cedendo, ouvindo e acima de tudo aceitando opiniões divergentes, e considerando, sobretudo, o planejamento participativo.

Conforme o autor, o planejamento participativo é uma prática de elaboração de um grupo de profissionais, cujo objetivo é discutir e planejar um processo contínuo do ensino aprendizagem e as atividades a serem realizadas no contexto escolar, sem esquecer-se da sua realidade, suas reais condições, no sentido de buscar soluções para resolver os diversos problemas do cotidiano escolar. Para isso é necessário a união dos gestores, coordenadores pedagógicos, funcionários, enfim, toda a comunidade escolar, para ajudar num caráter processual, gradativo, refletir e pôr em ação os objetivos propostos nessas discussões em grupo.

Portanto, os gestores escolares devem avaliar que apesar de escolas serem influenciadas por um sistema de ensino, essas possuem uma autonomia, um poder de construir e melhorar o contexto em que se insere.

Nesse sentido, o trabalho de bons gestores educacionais é muito importante, visto que lida com adversidades e sabe mobilizar os recursos humanos para melhorar a qualidade da educação e, portanto, a vida dos envolvidos, pois, uma gestão participativa promove a qualidade da educação. O gestor pode e deve promover uma gestão democrática, buscando o crescimento da gestão, compartilhando acertos e erros, com respeito, confiança, sinceridade, amizade, para que, assim, fortaleça a relação com a equipe pedagógica, promovendo um ambiente de formação e aperfeiçoamento de conhecimentos pessoais e principalmente, profissionais.

4.3.A GESTÃO DO COTIDIANO ESCOLAR E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Todos os dias nos chegam, através da mídia, notícias dos mais variados tipos de violência vivenciados na sociedade brasileira. A violência não compõe um fato novo na

sociedade, ela se apresenta de forma complicada no contexto atual e sua origem vem de causas diferentes “de natureza social, histórica e individual” (Abramovay, 2012).

No mundo escolar, as várias manifestações de violência igualmente se fazem presentes, cada vez de forma mais acentuada.

Observam-se no contexto escolar, alunos cometendo infrações que se caracterizam como comportamentos anormais. Esses tipos de comportamentos nos instigam e despertam o interesse em compreender o fenômeno da violência, visto que a dedicação com o contexto educacional nos traz um olhar mais atento e observador, quanto aos comportamentos estudantis, suas manifestações e consequências no cotidiano escolar.

O que é violência, como se apresenta na sociedade, sobretudo, nas escolas, quais são os elementos causadores dessa violência e de que forma a gestão pode contribuir para amenizar o problema, são questionamentos necessários para entender esse contexto.

Os tipos de violência e o seu conceito vão se propagar de acordo com a pessoa que a conceitua. Assim, para Charlot (2002), a violência é dividida em três níveis, onde se entende que o primeiro nível inclui ferimentos, golpes, pequenos furtos, crimes e vandalismos; a violência sexual, que pode ser praticada por um conhecido ou por ente familiar, barbaridades, humilhações, palavras grosseiras e a falta de respeito com qualquer pessoa que faz parte do contexto escolar; e a violência simbólica que significa ausência de interesse do aluno pelos conhecimentos que a escola como instituição oferece, a negação pela própria identidade e principalmente insatisfação por parte dos profissionais, que na maioria das vezes são cometidos por doenças adquiridas ao longo dos anos das atividades em sala de aula.

Sobre o que é violência, Abbagnano (2007, p. 1189) afirma que é “ação contrária à ordem moral, jurídica ou política”. Segundo Abramovay (2003), o conceito de violência escolar pode ser variável, a depender do ponto de partida. Assim, diferentes estabelecimentos e diferentes agentes escolares, de diferentes idades e diferentes composições socioeducacionais, lançarão diferentes pontos de vista sobre o tema, não existindo, portanto, um consenso em torno do seu significado.

Assim, a violência pode se apresentar de formas variadas nas escolas. De acordo com pesquisa realizada em 2012, alunos faltam à escola por causa da violência. Entre 109 mil alunos do 9º ano do Ensino Fundamental ouvidos pelo IBGE, 8,8% deixaram de ir a pelo menos uma aula nos 30 dias anteriores à pesquisa.

Conforme a pesquisa do IBGE 2012, se depreende que a violência não se restringe apenas a agressão física, haja vista suas sequelas atrapalharem o cotidiano e a rotina do agredido. Fonte

(2003) estabelece diversas formas de violência, para exemplificar sua proposta, traz-se uma tabela ilustrativa:

Tabela 01: Formas de Violências

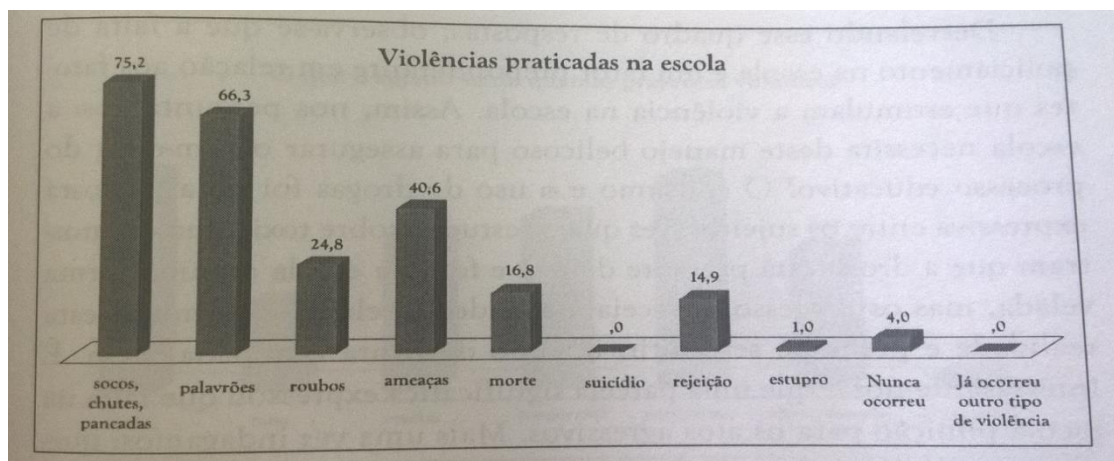
I- Quanto ao grau	-Violência simples ou pontual: aquela em que o autor ataca sua vítima de forma esporádica.
	-Violência complexa ou frequente: aquela em que o agressor ataca a sua vítima de maneira frequente.
II- Quanto à forma	Violência direta: contra pessoas, interpessoal.
	Violência indireta: contra utensílios, bens ou patrimônio (destroços, vandalismo, furtos)
	Violência oculta
	Violência identificada
III- Quanto ao tipo de violência	Violência física e sexual
	Violência verbal
	Violência psicológica
	Violência fatal
IV- Quanto ao nível	Discentes
	Docentes
	Funcionários
	Pais
	Instituição
V- Quanto às dimensões	Violência dentro da escola (relações interpessoais, furtos)
	Violência na área próxima da escola (relações interpessoais, uso e tráfico de drogas)
	Violência da escola (simbólica disciplinarização dos corpos e das mentes, métodos de ensino, relação da comunidade escolar e desesperança com o papel da escola)
VI- Quanto aos determinantes	Fatores biológicos (idade, nível de ativação hormonal). Fatores pessoais (dimensão da personalidade com certa propensão à violência)
	Fatores familiares (modelos de interação familiar, desagregação familiar).
	Fatores sociais (condições socioeconômicas).
	Fatores cognitivos (experiências vividas: isolamento, privação, associação entre emoção e agressão).
	Fatores ambientais (exposição repetida à violência doméstica, nos meios de comunicação e em jogos eletrônicos, tráfico e uso de drogas, impunidade)
VII- Quanto às consequências da violência	A- Docentes -Disrupção (perturbação nas aulas). Absenteísmo (falta de assistência às aulas). Problemas somáticos e psicológicos (ansiedade, tédio, depressão). Falta de interesse e desencanto pela escola. Queda do rendimento escolar. Falta de perspectiva de futuro melhor via educação. Diminuição da autoestima. Evasão escolar. Retenção escolar. Descrença no Poder Público.
	B- Docentes e quadro funcional -Desesperança. Descrença no sistema educacional. Diminuição da autoestima. Problemas somáticos.

Fonte: (Adaptação de Fante, 2003).

Diante do posicionamento de Fante (2003), pode-se conhecer e entender um pouco mais sobre os elementos causadores da violência. Para colaborar com essa ideia, a seguir faz-se uma ilustração da violência praticada na escola e os fatores que estimulam a violência; esses dados foram de uma pesquisa realizada por Ornellas e Radel (2010).

Tem-se, na figura 01, o gráfico de violências praticadas na escola:

Figura 01: Violências praticadas na escola



Fonte: (Ornellas; Radel, 2010, p. 87)

Quando entrevistada em matéria jornalística sobre a violência e medo nas escolas, a professora Milca Severino, Secretária Estadual da Educação em Goiás, considerou que —[...] hoje um dos problemas mais graves da educação básica em todo o país, é a forma como os alunos tratam os professores (LONGO, O Popular, 2008, p. 5). Independente do tipo de violência, as consequências são graves, posto que interfere na qualidade do ensino e na formação do aluno.

Nesse contexto os docentes estão sujeitos a um quadro de patologias diversas, porquanto as agressões cometidas por alunos interferem em sua disposição física e psicológica, não sendo raros os casos de abandono das salas de aula e até da profissão.

Quanto aos alunos, podem também ser considerados vítimas das inúmeras violências que sofrem no seu cotidiano, e na escola ainda não encontram um ambiente que propicie subsidiar a sua formação como indivíduo e cidadão.

Diante desse quadro, muitos alunos apresentam um comportamento desinteressado, agressivo e demonstram claramente que possuem dificuldades de socialização e interação com os colegas, o que pode ter como consequências a falta às aulas, a repetência, a evasão e outras ocorrências que extrapolam os muros da escola.

A partir da pesquisa e análise dos Livros de Ocorrências da Escola Municipal Teodoro Sampaio, que foram disponibilizados pela gestão escolar dessa unidade de ensino - no período compreendido entre 2011 a 2016 - foram criadas uma tabela e um gráfico mostrados a seguir, nos quais se percebe um recrudescimento das ocorrências de atos violentos nessa escola.

A gestão escolar nos informou que quando as ocorrências acontecem, são acionados os responsáveis pelos alunos envolvidos para que compareçam à escola, onde ouvem relatos de testemunhas, das partes envolvidas e se busca um consenso, uma reconciliação através de diálogo e sensibilização das partes.

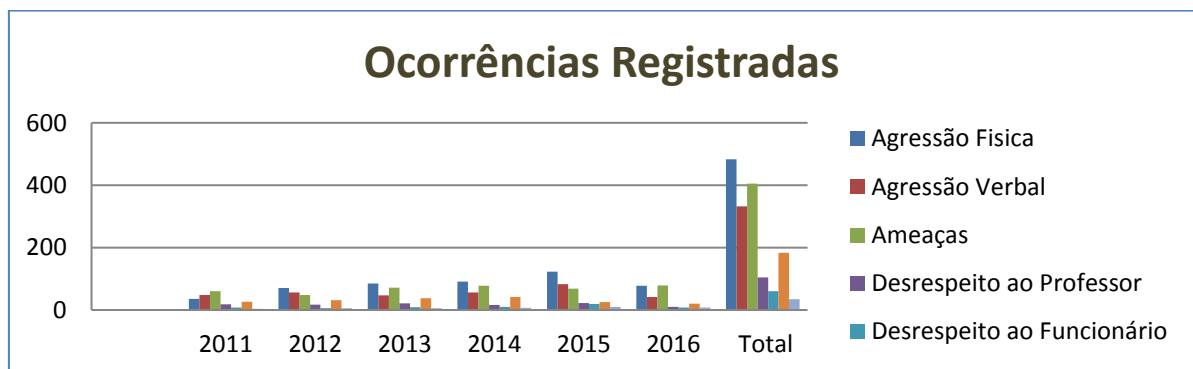
Quando o caso é de dano ao patrimônio escolar, o responsável pelo estudante que causou o dano também é chamado a comparecer à escola, onde é comunicado do ocorrido e chamado à responsabilidade para que arque com a despesa pelo conserto ou substituição do bem danificado. E em casos mais graves de violência, que extrapolam a competência da gestão escolar, além dos responsáveis pelos alunos envolvidos, também é acionada a Ronda Escolar para que as providências cabíveis sejam tomadas.

Tabela 02: Fatores que estimulam a violência

Ocorrências Registradas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Agressão Física	36	70	85	91	123	78	483
Agressão Verbal	48	56	47	56	83	42	332
Ameaças	60	48	72	78	68	79	405
Desrespeito ao Professor	18	17	21	16	22	10	104
Desrespeito ao Funcionário	8	6	9	10	19	8	60
Subtração de objetos	26	32	38	42	25	20	183
Dano ao patrimônio	4	6	6	7	10	8	35

Fonte: Livros de ocorrências fornecidos pela gestão da Escola Municipal Teodoro Sampaio.

Gráfico 01: Fatores que estimulam a violência



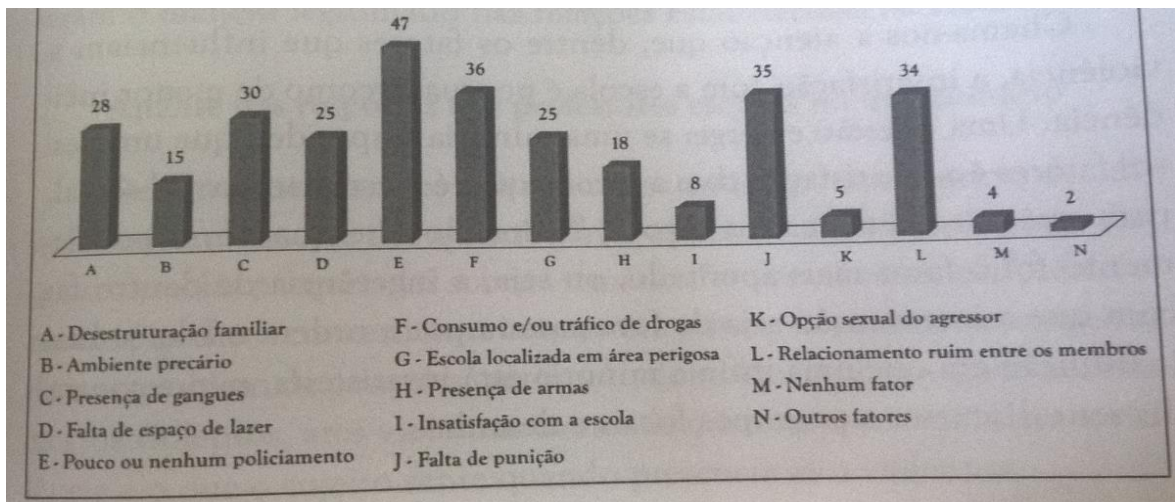
Fonte: Pesquisa de campo/2016

A partir da análise do gráfico 01, percebe-se que o maior índice de violência praticada na escola é a violência física, através de socos, chutes e pancadas, com 75,2% de ocorrência. Outra violência que também mostra ser grave, consta na porcentagem 66,3%, com os palavrões. O próximo gráfico mostrará os fatores que estimulam a violência.

Ao analisar esse gráfico de ocorrências dessa escola, se observa que houve um aumento significativo das ocorrências de agressão física em comparação com os outros tipos de violência sinalizados. Também é significativo o aumento de ameaças (veladas e/ou diretas).

Nos demais tópicos levantados apesar de terem um percentual baixo em relação aos atos mais recorrentes, os índices também são preocupantes.

Figura 02: Fatores que estimulam a violência



Fonte: (Ornellas; Radel. 2010, p.87)

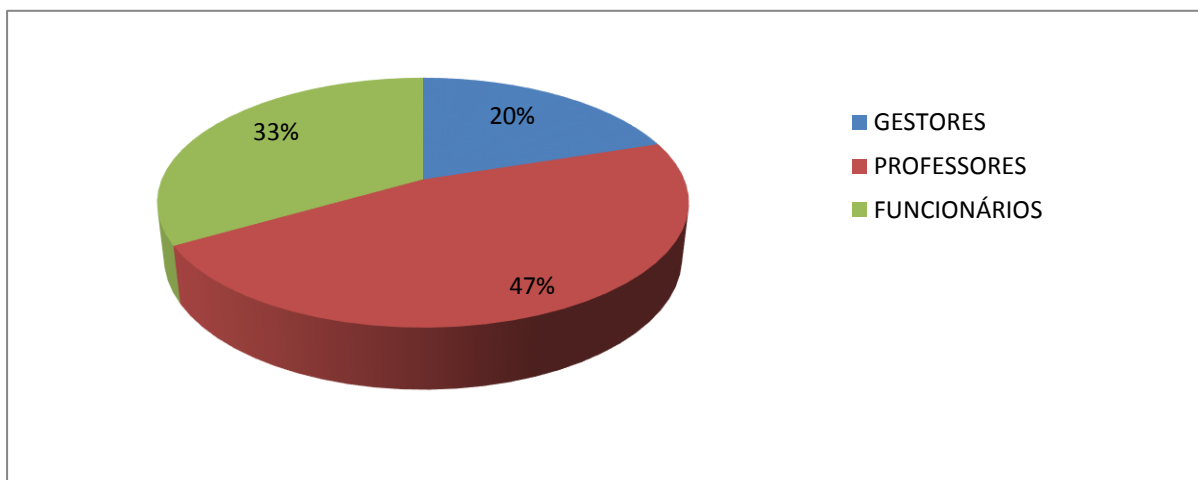
Em uma pesquisa feita por Ornelas e Radel sobre violência nas escolas, da qual foi produzido o gráfico da figura 02, o principal fator ou motivo que estimula a violência está no fato de existir pouco ou nenhum policiamento, constando tal observação em 47% das pesquisas. Assim, verificamos que esse é um grave problema de gestão pública e comum à grande maioria das escolas.

Esses índices são de grande relevância. No entanto, esses dados serão afirmados nessa pesquisa. Pode-se, porém, assegurar que a gestão escolar pode contribuir para amenizar esse problema, através de envolvimento físico, afetivo, ético e a preservação do direito de liberdade de expressão.

Continuando nossa pesquisa na Escola Municipal Teodoro Sampaio, aplicamos questionários que foram respondidos voluntariamente por docentes e funcionários daquela unidade escolar, objetivando traçar um perfil dos servidores ali lotados e através de suas

respostas poderemos analisar como e de que forma essas pessoas veem e convivem com as ocorrências de ações violentas nessa escola. Também de maneira informal conversamos com esses colaboradores colhendo informações e impressões que nos ajudaram na análise das suas respostas aos questionários propostos.

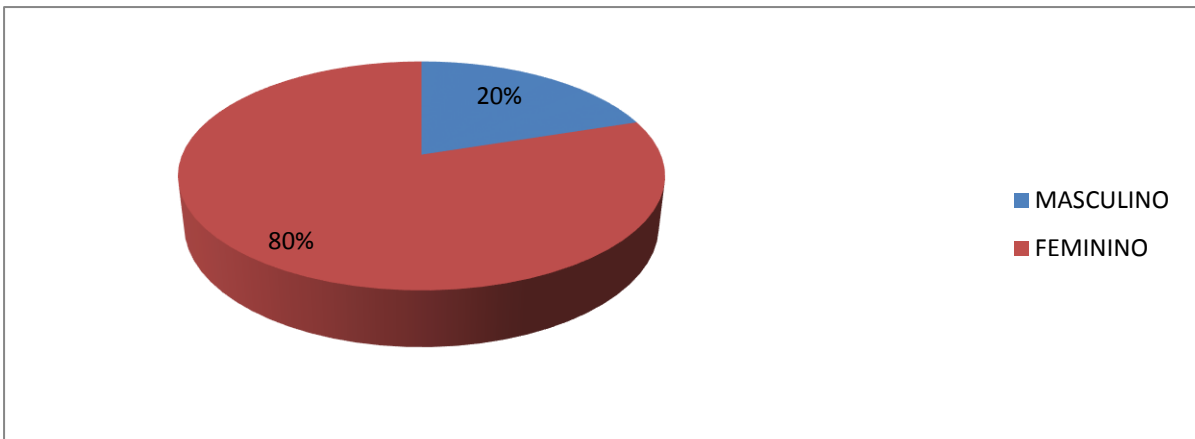
Gráfico 02: Participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Foram aplicados questionários aos servidores lotados na escola objeto dessa pesquisa, sendo que da totalidade desses servidores, 20% participam da gestão escolar: diretora e vices diretores; 33% integram o quadro de servidores que é composto de funcionários lotados nos diversos setores da escola: portaria, cozinha, administrativo, limpeza; e 47% são professores da escola.

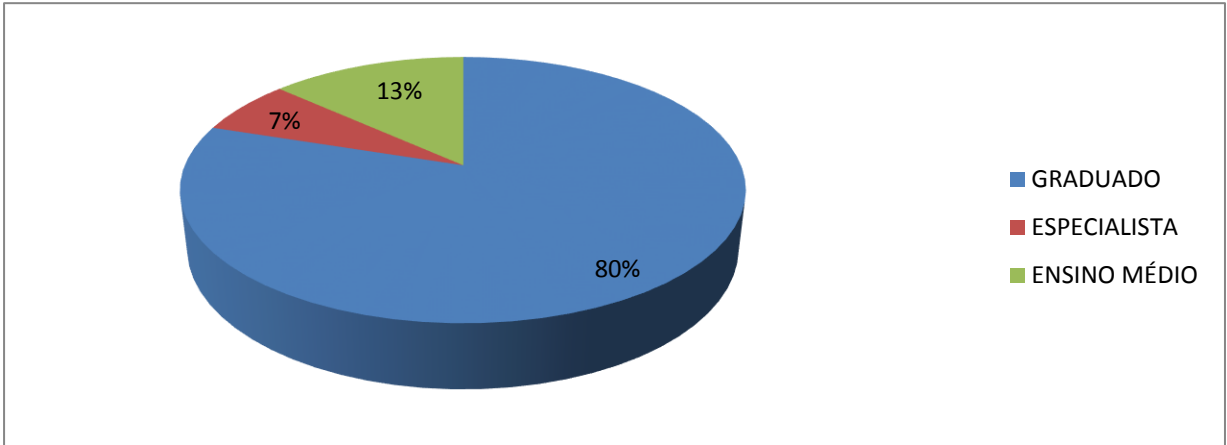
Gráfico 03: Sexo dos participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Observa-se que a grande maioria dos servidores lotados na Escola Municipal Teodoro Sampaio, é do sexo feminino.

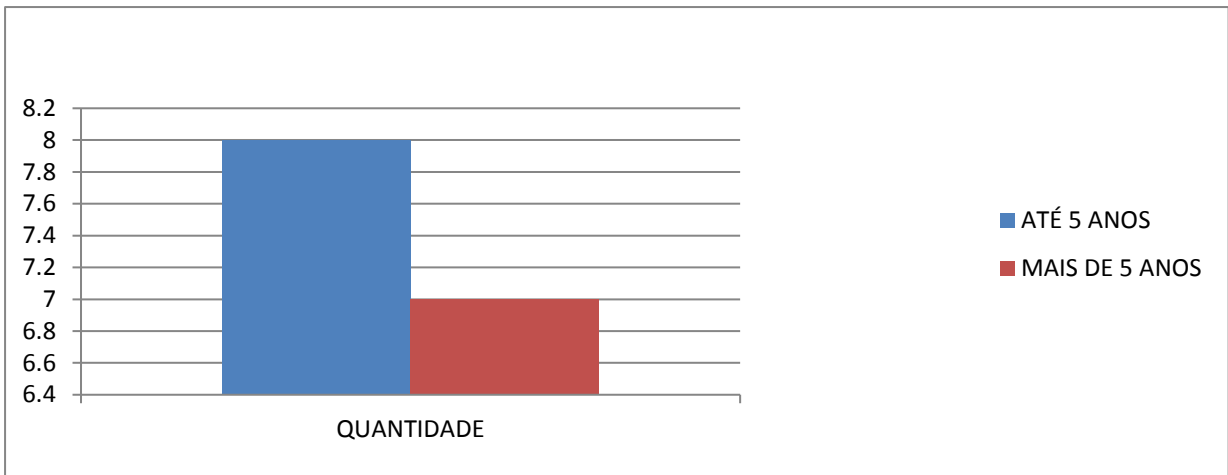
Gráfico 04: Formação acadêmica dos participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Todos os professores entrevistados tem graduação nas diversas áreas de licenciaturas, sendo que 7% também contam com o grau de especialização. Quanto aos demais servidores, 75 destes concluíram o Ensino Médio, ou seja, possuem escolarização básica.

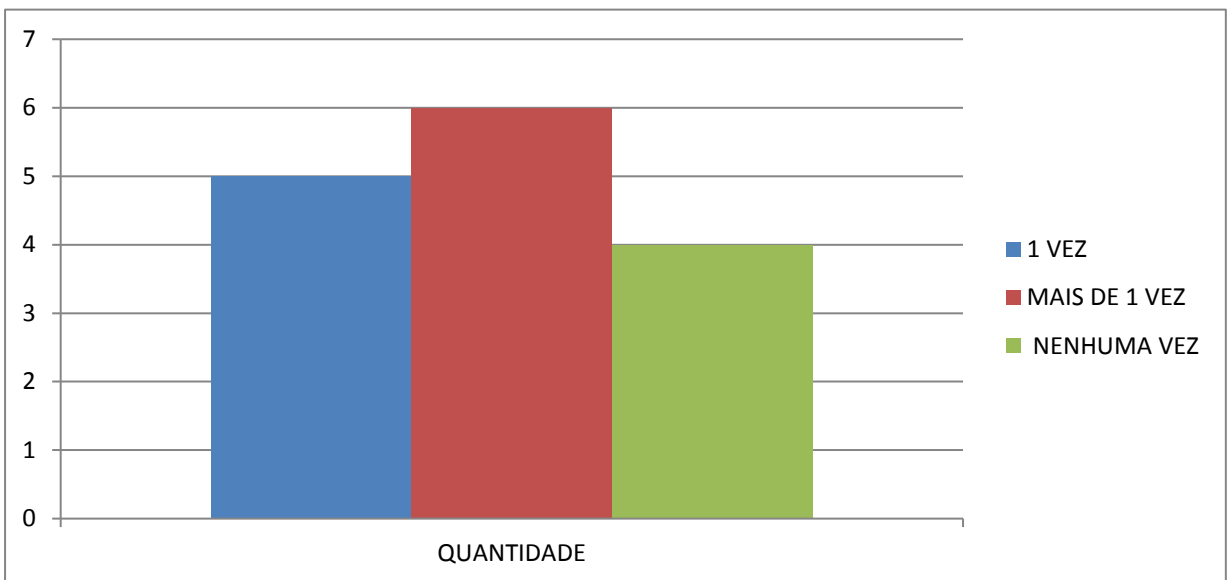
Gráfico 05: Tempo de serviço na instituição



Fonte: Pesquisa de campo/2016

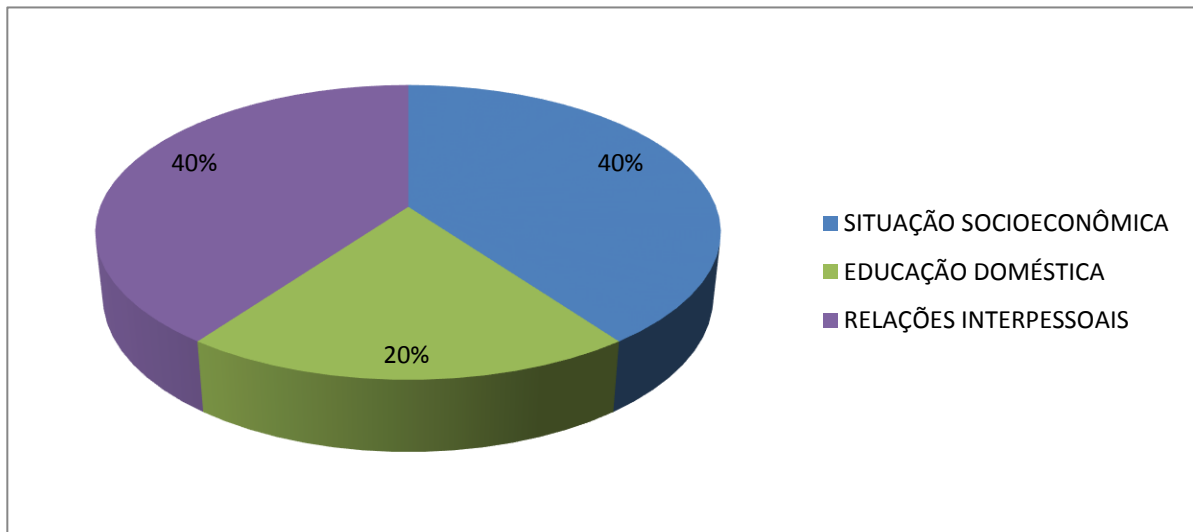
A maioria dos servidores está trabalhando nessa escola há cinco anos aproximadamente, enquanto que os demais estão atuando lá, a mais de cinco anos. A maioria, também, é concursada.

Gráfico 06: Vítimas de Violência no Serviço



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Não foi especificada a forma de violência sofrida pela pessoa pesquisada, no entanto se observa que a maioria delas assinalou que foram vítimas de ataques violentos (verbal ou físico) mais de uma vez. Não houve especificação do tipo de agressão sofrida.

Gráfico 07:Causadores de Violência na Escola

Fonte: Pesquisa de campo/2016

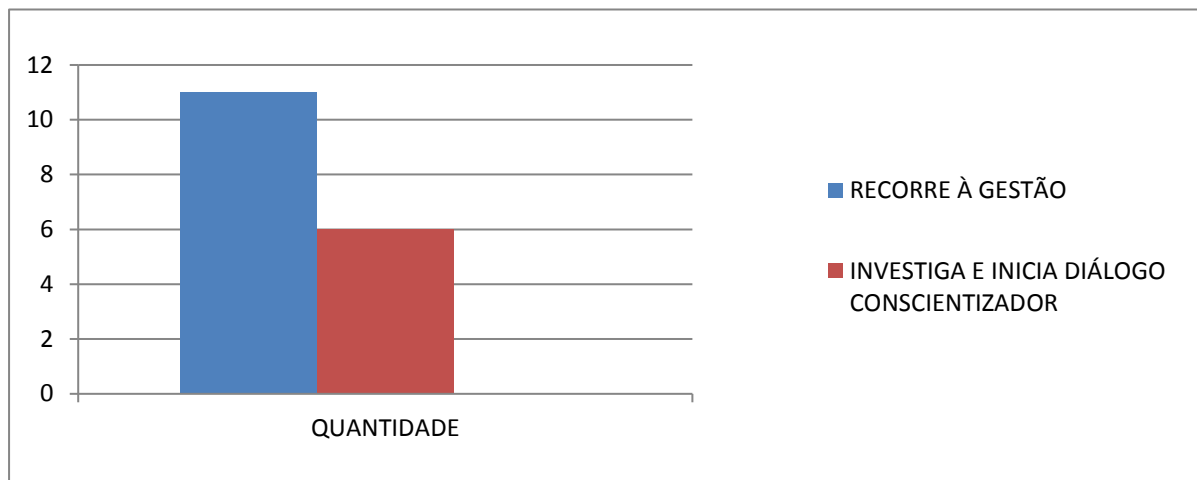
Analisando o gráfico 07 se observa que estão nivelados os itens: situação sócia econômica e relações interpessoais. A educação doméstica e a problemática familiar não pareceu preocupar tanto os entrevistados.

Segundo Mangini (2008, p. 106) —[...] sérias privações podem diminuir a capacidade de administrar os próprios impulsos, os quais podem manifestar-se livremente, prejudicando as relações sociais ou serem reprimidos por um superego severo[...]. Diante desse pensamento é possível encontrar no ambiente escolar, estudantes que banalizam a vida e a ordem, praticando atos de violência e vandalismo.

Partindo desse pressuposto, a privação pode ocorrer em todas as esferas da vida. Há crianças que são privadas de afeto e até de bens necessários para o seu desenvolvimento. Privadas de afeto elas crescem sem parâmetros, sem quem os eduque na observação e exercício de princípios morais e éticos. Sem um referencial doméstico, familiar, o indivíduo busca isso fora de casa, na escola, nas drogas, etc.

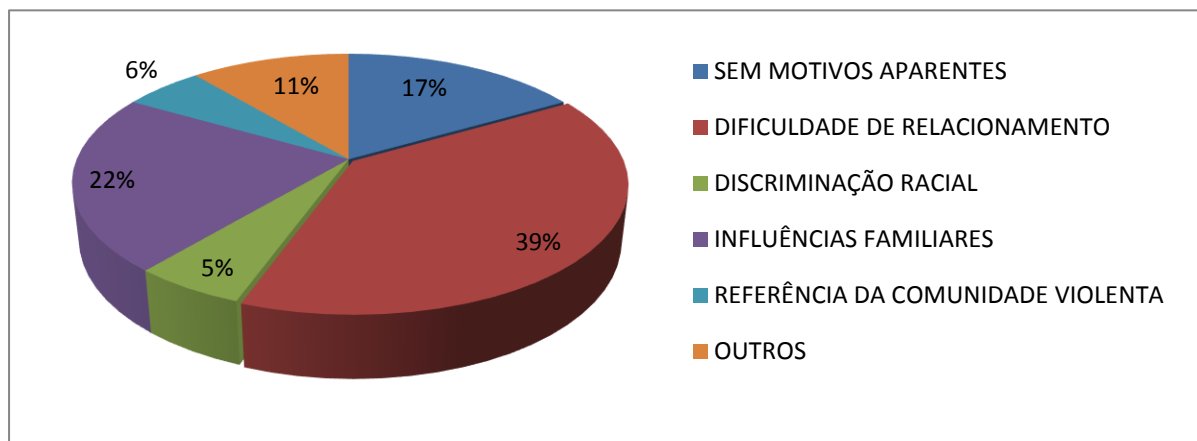
Considerando que no Brasil, a concentração de renda é desigual, a desigualdade social também contribui para o recrudescimento da violência diante das mazelas da fome, do desemprego e do estresse que afetam parte significativa da população, e daí a escola também acaba “pagando o preço” desse desequilíbrio social, econômico e até mesmo doméstico.

Curioso notar que apesar dos meios de comunicação ser um dos instrumentos que pode contribuir para que crianças e adolescentes reproduzam atos violentos (conteúdos na televisão com cenas de criminalidade, jogos de videogames com teor violento e de lutas etc.) não foram mencionados pelas pessoas pesquisadas.

Gráfico 08: Ação reparadora diante da Ocorrência

Fonte: Pesquisa de campo/2016 No questionário aplicado aos gestores da escola pesquisada, estes informaram que quando

houve ocorrências de violência, a maioria das pessoas (docentes, funcionários e estudantes) procurou a direção da escola para que esta tomasse as providências pertinentes aos casos. Esta, por sua vez, iniciava um processo de escuta, investigação e encaminhamento da ocorrência conforme determinação do Regimento Escolar.

Gráfico 09: Motivação de Violência

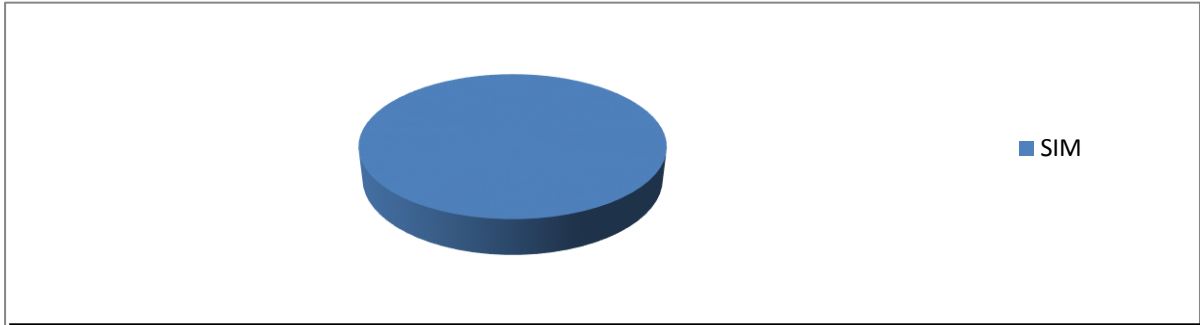
Fonte: Pesquisa de campo/2016

Sobre os motivos que levam à violência, Ricas apropriadamente infere que:

“Sabe-se que o fenômeno da violência no contexto escolar não pode ser dissociado da violência que acontece na sociedade em geral. A miséria, a exclusão, a corrupção, a desigualdade, o autoritarismo, a falta de ética e a concentração de renda e poder, chagas complexas de nossa sociedade, estão intimamente articuladas e inter-relacionadas à manutenção da violência no nosso cotidiano. A violência decorre desse contexto multicausal de fragilidade social, onde o abuso e desrespeito aos direitos humanos são nítidos e banalizados e até mesmo legitimados e naturalizados pela sociedade. Essas fragilidades acabam por favorecer a exposição dos

adolescentes a situações evitáveis de risco para a sua saúde e até mesmo para a sua vida.” (Ricas pág. 212, 2010)

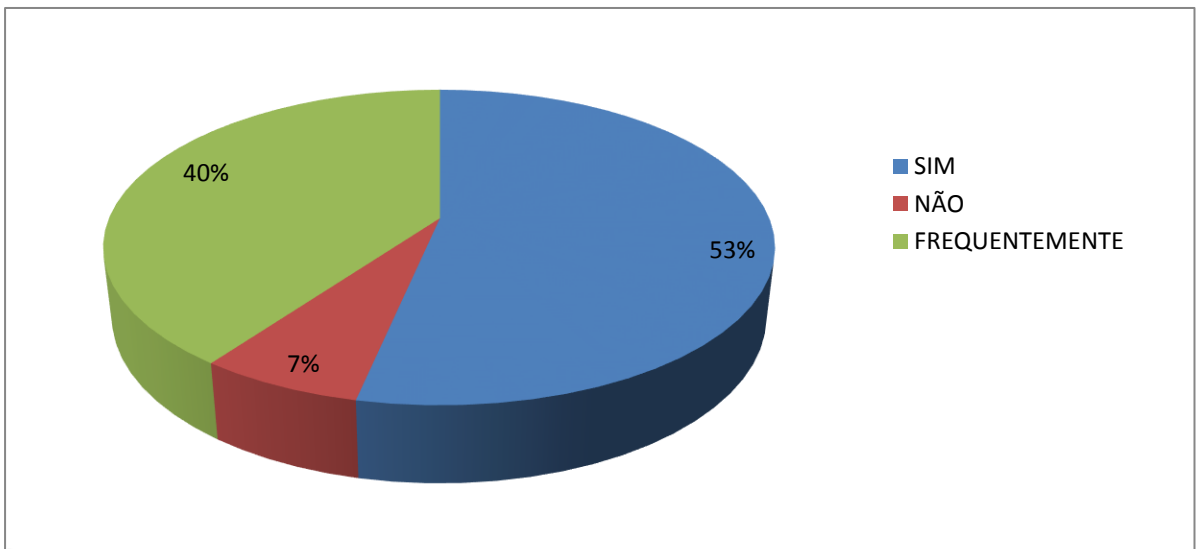
Gráfico 10: Existência de Violência na Escola



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Houve consenso sobre o fato de que há violência no ambiente escolar e que apesar de campanhas, projetos e outras ações que visem coibi-la, a mesma continua a ocorrer com certa frequência.

Gráfico 11: Testemunha de ato violento entre os alunos



Fonte: Pesquisa de campo/2016

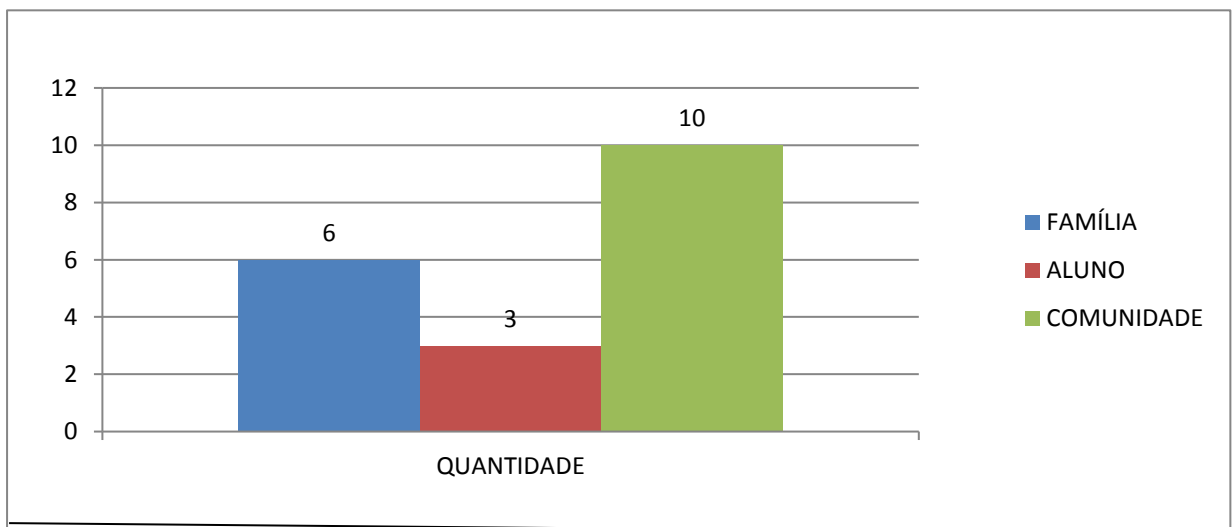
Das pessoas entrevistadas, 53% assinalaram terem testemunhado algum ato violento na escola, 40% informam que testemunham esses atos com alguma frequência, e 7% informaram não ter testemunhado esses atos na escola.

Na nossa vivência pedagógica observamos que há certo receio de se denunciar o agressor, quando este vitimiza um colega, um professor ou outro integrante da comunidade escolar. O receio por uma retaliação é o motivo mais comum para que as pessoas não se apresentem

como testemunhas da agressão, e não raro a própria vítima não procura a gestão escolar para relatar a ocorrência. Isso, temendo um novo e mais violento ataque. E o que se observa é que esse medo, esse temor muitas vezes tem fundamento, inclusive por causa de ameaças e intimidação sofridas por quem testemunha uma agressão.

Sobre a quem é atribuída a violência escolar, os informantes revelaram conforme gráfico 12, que a comunidade é a principal “causadora” dessa mazela; a família também é citada como responsável pela causa da violência, e o aluno enquanto indivíduo também é responsabilizado. Assim, os vários entrevistados apontaram a comunidade, a família e o aluno como agentes aos quais se atribui a violência nas escolas.

Gráfico 12: Atribuição à Violência Escolar



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Refletindo sobre este gráfico lembramo-nos do filósofo Rousseau quando argumentava que o homem é produto do meio, ou seja, que nascemos bons por natureza e somos corrompidos pela sociedade ao longo de nossas vidas. Questões filosóficas à parte, o gráfico mostra que se atribuiu à comunidade ser esta a principal causa da violência escolar

No que refere à família, Corsi comenta que há uma relação de abuso sendo que essa relação é “forma de interação que, marcada por um contexto de desequilíbrio de poder, inclui condutas de uma das partes que, por ação ou omissão, ocasionam dano físico ou psicológico a outro membro da relação”, estando o desequilíbrio de poder dado, geralmente, por dois eixos: o gênero e a idade. (Corsi, 1994). Assim em tese, o estudante leva sua agressividade reprimida no ambiente familiar, e a extravaza na escola.

Ao ser entrevistada pelo jornal O Tempo, a professora Jane Patricia Haddad respondeu à seguinte pergunta: Por que essa agressividade crescente dos alunos com os professores?

“Em minha opinião, basta olharmos a nossa volta, o mundo está violento, os adultos estão intolerantes, andamos nas ruas com medo, estamos aprendendo novas formas de relacionarem-se uns com os outros.

Ao observar jovens na rua, nas escolas e até mesmo no consultório, fico tentando decifrar seus códigos, e um deles é a agressividade. Um acontecimento, não deve ser visto sem considerar o contexto, em que ele ocorre. Será que alunos gostam de ser agressivos? Eu particularmente interpreto atos agressivos, que vem ocorrendo entre alunos e professores como um sintoma a ser escutado e olhado.

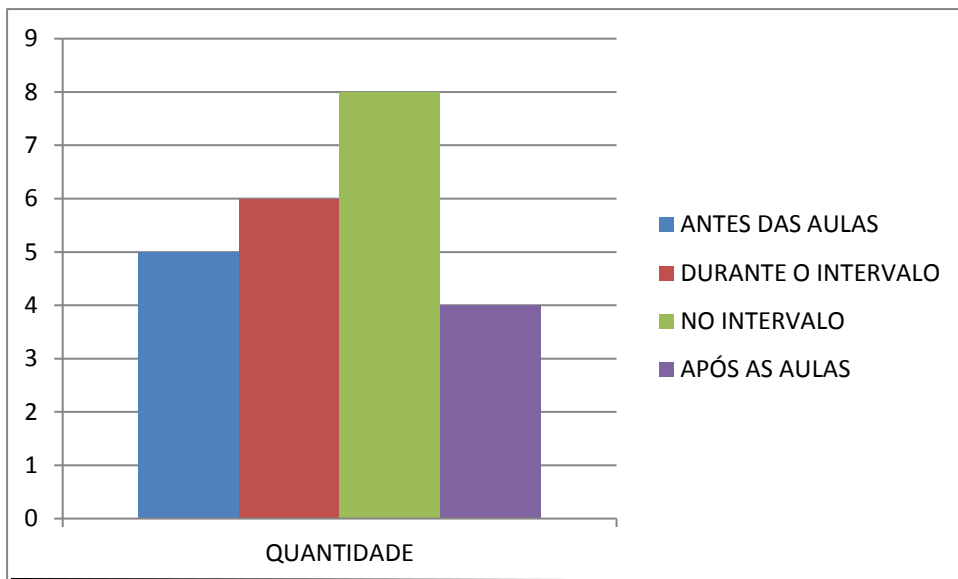
Crianças e jovens em formação vivenciam diariamente adultos resolvendo seus problemas, no berro, na violência e na ausência de gentileza. Muitas vezes a agressividade

dirigida aos professores, é uma forma de pedir ajuda uma maneira de ser olhado ou mesmo uma forma de “retribuir” uma violência silenciosa, aquela que vem da indiferença do professor, dos pais, dos colegas.

Acredito que a agressividade vem aumentando, porque as relações humanas estão esquecidas, o conteúdo passou a ser mais importante do que o aluno, a disciplina voltou a ser imposta como forma de coerção. Alunos e Professores deveriam marcar um encontro, criar estratégias de resolução de conflitos e não negar os conflitos que aparecem na escola.” (Jornal O Tempo, edição de 26/03/2011)

No gráfico 13 vemos em quais períodos do horário de funcionamento da escola com aulas, eram mais comuns as ocorrências de atos violentos:

Gráfico 13: Período de Ocorrência



Fonte: Pesquisa de campo/2016

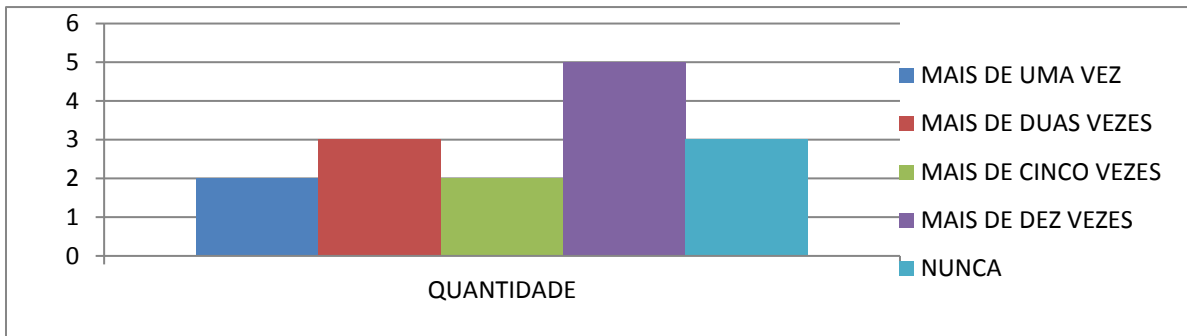
O gráfico acima demonstra que os atos violentos ocorreram no período do intervalo, quando há uma pausa para o lanche e para a socialização e interação dos estudantes das várias classes; em seguida, se observa que durante os breves intervalos entre as aulas a violência se faz presente, assim como antes e após ocorrerem as aulas do período.

Comparando a violência que ocorre nas escolas públicas e particulares (CAMACHO, 2001) reflete que a explicação para a violência escolar não se relaciona apenas à frustração de expectativas de ascensão social.

Em ambas a violência está presente, embora se manifestando de forma diferente.

Na escola particular a violência se apresenta disfarçada em brincadeiras e apelidos, na escola pública ela é mais explícita. Focando nas escolas públicas, nestas os locais onde se dão as ocorrências são no pátio da escola e geralmente no horário do intervalo; os agressores na escola pública são em geral indivíduos cuja aparência se diferencia frequentemente pela corpulência, e há uma explícita intolerância contra a diferença, em geral a motivação principal para as agressões, também manifestada de modo específico, contra negros, orientais e homossexuais.

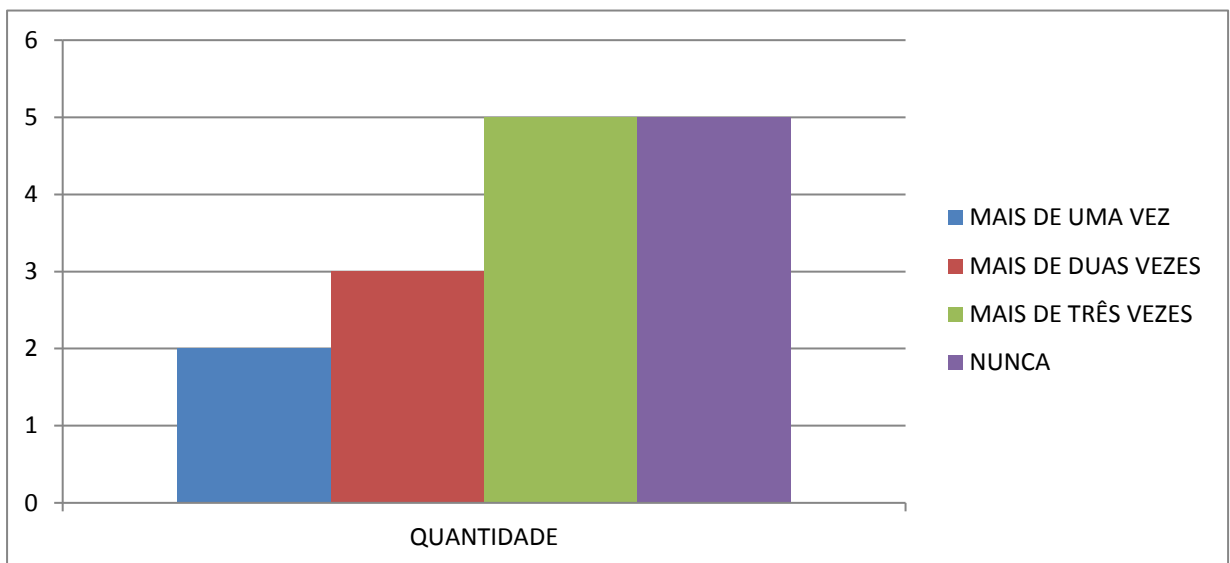
Gráfico 14: Intervenção em violência entre alunos



Fonte: Pesquisa de campo/2016

O gráfico 14 demonstra que na maioria das vezes em que ocorreu algum ato violento, houve a intervenção de terceiros e geralmente mais de uma vez.

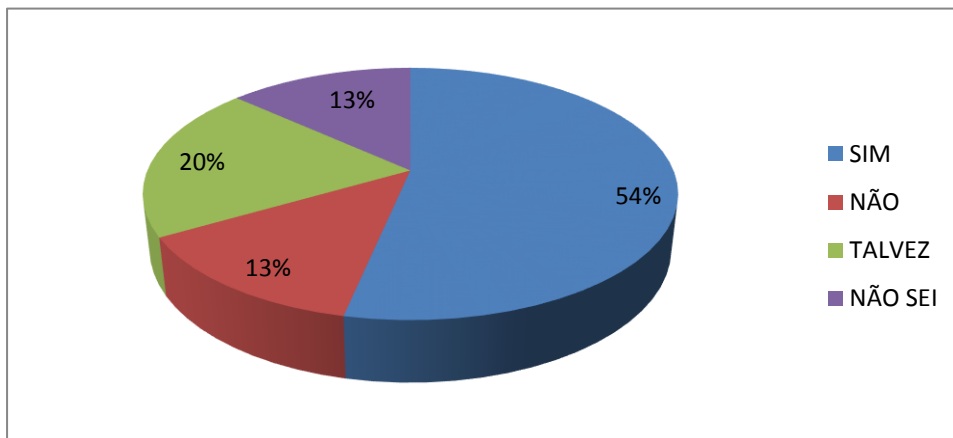
Gráfico 15: Testemunha de ameaça aos Professores



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Um dado interessante que se observa no gráfico 15, é que parcela significativa dos informantes sinalizou que nunca testemunharam ameaças a professores da escola. No entanto, outra parcela também significativa assinalou que mais de três vezes, foram testemunhas desse tipo de ameaça.

Gráfico 16:Risco para trabalhador em comunidades violentas



Fonte: Pesquisa de campo/2016

Há um grande temor por parte de docentes e demais trabalhadores em escola devido ao receio de serem vítimas de atos violentos. Sabidamente existem comunidades em que é recorrente a invasão ao espaço escolar bem como ataques (agressões físicas), ameaças, intimidações e até furtos dentro e fora da escola. E também há a divisão de comunidades pelas gangues locais gerando o medo e deixando a comunidade (em geral) sobressaltada.

Efetivamente há escolas que funcionam em conhecidas “áreas de risco”, onde predominam o tráfico e a violência local é recorrente. E apesar do poder público se fazer presente através da Ronda Escolar e outras estratégias coibitivas a ação violenta, o medo e a insegurança permeiam nessas comunidades

5. CONCLUSÃO

Após análise, tanto da tabela de ocorrências da escola, quanto do resultado das entrevistas com gestores e professores observou-se que a questão da violência escolar está diretamente ligada tanto ao contexto social em que a escola está inserida, quanto aos problemas externos à escola, como violência doméstica, abandono, alienação parental, falta de opções de lazer na comunidade, onde passam a maior parte do tempo.

A escola é o único refúgio quando o Estado não garante as mínimas condições de pertencimento social pleno. As ocorrências de violência têm crescido de forma acintosa, e os direitos humanos parecem estar cada vez mais distantes desta realidade, pois o que ficou evidente com esta pesquisa, é que não se tem assegurado, seja pelos gestores, seja pela classe política, ou pelo contexto social, os direitos fundamentais devidos à criança e ao adolescente, já que a constância das ocorrências fere o direito fundamental de mantimento da integridade física.

Esse trabalho também evidenciou que a violência constante afasta o aluno da escola, e isso afeta diretamente a gestão, visto que o abandono escolar reflete-se de diversas formas em consequências negativas para a escola e para o gestor.

O contexto social também interfere demais na persistência da problemática que a escola acaba sendo o único lugar onde o poder criminal não está presente diretamente. Interfere, portanto, em sua diária quando se mistura ao alunado nas ruas, fazendo vítimas dentre eles, e retroalimentando o vingancismo.

Durante a ocorrência desta pesquisa, vários eventos ocorreram, inclusive no dia 21 de julho, um ex-aluno foi assassinado por PMS, deixando trabalhadores e alunos ilhados, tendo inclusive de suspender as atividades escolares por três dias.

Houve também outra ocorrência fatal no dia 29 de outubro que vitimou outro ex-aluno da escola e baleou um aluno frequente da escola, do oitavo ano, de 16 anos, tendo novamente às atividades suspensas, por conta desse fato. Com tais acontecimentos, tanto o corpo trabalhador quanto o corpo estudantil se afastam da escola.

Esta pesquisa também evidenciou que os trabalhadores tentam diminuir a violência no contexto da escola, conversando com alunos, buscando sensibilizá-los na perspectiva de que “violência gera violência”. As respostas dadas pelos gestores também apontam para saídas viáveis para tais questões, como por exemplo, a da diretora da escola que diz que proporá atividades esportivas com maior intensidade, palestras com os pais e alunos e atendimento com equipe multidisciplinar, que ajudariam no controle das ocorrências e na garantia da integridade física dos alunos.

Os resultados das pesquisas feitas por este artigo demonstram que as ocorrências, quantitativamente falando, perpetuam-se e permanecem em franco crescimento. Os dados coletados são relativos à ocorrência em um ambiente escolar específico, a Escola Municipal Teodoro Sampaio, localizada no bairro da Santa Cruz, em Salvador – BA, e, com base nessa

coleta de dados, a interpretação surgida a partir disso traduz as percepções dos agentes escolares envolvidos na pesquisa.

A partir da análise das ocorrências, foram aplicados questionários, que foram respondidas de forma espontânea e livre por gestores, professores e outros trabalhadores do ambiente escolar específico supracitado. Na análise das respostas a esses questionários ficou muito claro que existe ainda, um desafio muito grande a ser traçado pelos gestores para a diminuição de tais ocorrências violentas por parte do alunado e também de agentes da educação, utilizando, para isso, todo o escopo teórico que exemplifica, explica e pincela historicamente tais ocorrências, se utilizando de instrumentos como a coleta de dados; a análise documental dos livros de ocorrência escolares, apresentação dos dados obtidos em entrevistas com os agentes envolvidos no processo da gestão e da educação em si e que estão diretamente envolvidos na problemática. A escola escolhida é Municipal, logo pública, e oferece o Ensino Fundamental do quarto ao nono ano, e também conta com o sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA), à noite, participando também do sistema integral, no Fundamental 1, no sexto e sétimo ano.

6. PRODUTOS DA PESQUISA CIENTÍFICA

Como produtos da pesquisa, das leituras e reflexões acerca da problemática da violência escolar na no âmbito da Escola Municipal Teodoro Sampaio foram elaborados uma Cartilha abordando a violência na escola e propostas para a sua erradicação, e um mini projeto de formação continuada para gestores e docentes abordando a questão da Educação e Direitos Humanos num formato de workshop. Esses produtos integram o presente trabalho:

6.1. Cartilha (página seguinte)

VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Licia do Espírito Santo Viana



VIOLÊNCIA NA ESCOLA, COMO SE APRESENTA E COMO COIBÍ-LA?

Violência é um comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação moral a outra pessoa ou ser vivo. Tal comportamento pode invadir a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado.

A palavra “violência” origina-se do Latim “**violentia**”, o que quer dizer agir com veemência e impetuosidade ou “**violentus**”, aquele que age pela força. Violência também está relacionada à outra palavra do Latim, “**Violare**” que significa desonrar, ultrajar ou tratar algo ou alguém com brutalidade.

- Violência na escola

Considerando que a escola é local de onde ocorre a formação moral e ética do educando, seria em tese o último lugar onde se registrariam casos de violência. No entanto, registros de atos violentos são recorrentes na maioria das unidades escolares da rede pública.

A violência no chão da escola alcança o patrimônio da unidade escolar, que é depredado, vandalizado; envolve os atores do processo educativo, quer porque o autoritarismo e medidas coercitivas por parte da gestão, da coordenação e professores acabam por irritar alguns alunos, que como escape, descarregam sua ira no patrimônio escolar, em alguns colegas e até mesmo nos professores.

Vale sinalizar que os conflitos ocorridos fora da escola, em casa ou em outros ambientes, tem ali o local onde os estudantes descontam suas frustrações.

- Causas da violência

A violência na escola não é algo estanque e sim resultado de uma teia de situações extra muros, aliadas a questões referentes à precariedade da própria escola como: falta de professores, de mobiliário e merenda escolar. Isso é dito de forma generalizada.

No seu livro “Violência na escola”, Colombier (1989), reflete que atos de violência contra as instalações da escola, contra os professores e dos alunos uns contra os outros, tem como causa fundamentos socioeconômicos e familiares numa tentativa de apontar possíveis soluções para o problema.

- Como se caracteriza a violência na escola

Após analisar um conjunto de estudos sobre violência escolar Spósito (2002) ressalta que as pesquisas intensificaram-se sobre questões do comportamento dos jovens especialmente no que se refere a vandalismo e agressividade contra o professor. E que a violência ocorre tanto nas escolas de caráter disciplinar rígido quanto em escolas permissivas e desorganizadas.

Na pesquisa intitulada “Violência nas Escolas: visão de Professores do Ensino Fundamental sobre esta questão”, Pereira (2003), constatou que os professores percebem as violências como um fenômeno em expansão, reforçado, principalmente pelas desigualdades sociais, pela influência da mídia e pela desestruturação familiar, impondo consequências no cotidiano escolar.

Estudando esse tema Priotto (2006) concluiu que o tipo de violência gerado na escola pública e particular tem as mesmas características, porém os professores da escola pública e da escola particular têm concepções diferentes a respeito do papel da escola em relação ao quadro geral de violência e de como lidar com os alunos adolescentes.

- O que diz a lei sobre esse tipo de violência?

Já tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 6.2699/09 que criminaliza a agressão contra professores, dirigentes educacionais, orientadores e agentes administrativos de escolas. E, a pena prevista é de quatro anos de detenção, em casos de agressão física, e de três anos, em caso de agressão moral. Em novembro de 2009, foi aprovada pela Comissão de Educação e Cultura do Senado, o Projeto de Lei 191/2009 que cria barreiras e punições contra alunos que cometerem agressão contra o docente. O projeto de lei aprovado não exclui as punições previstas no Código Penal e no ECA.

- O que se deve fazer para evitar esse tipo de violência?

Para evitar a violência na escola é fundamental o resgate e valorização do papel do docente enquanto educador, para que possa garantir aos seus alunos a possibilidade de ascensão pessoal e profissional, bem como contribuir para que se tornem pessoas críticas e conscientes de suas responsabilidades.

Ao investir em uma forma de educação humanizante e da paz, a escola poderá ser capaz de propiciar a convivência harmoniosa e dirimir conflitos de forma pacífica.

Para combater e evitar a violência no âmbito escolar deve ser feito um trabalho de conscientização dos alunos e da comunidade sobre as consequências da violência e da criminalidade. Campanhas de sensibilização, projetos pedagógicos que contemplem o tema, propiciando que na escola se cultive uma cultura de paz e a torne ainda mais propícia a atingir o seu fim que é o fazer educação.

- Propostas para reduzir ou erradicar a violência no ambiente escolar:

- Implantação de um projeto de Cultura da Paz através de atividades pedagógicas, como gincanas, seminários, concursos de redação e de cartazes, palestras de especialistas, dinâmicas de sensibilização, etc.

- Implantação de um projeto pedagógico para a preservação do patrimônio escolar, em que as turmas seriam responsáveis por sua sala de aula, cuidando para que não haja depredação e vandalização das salas de aula, e estendendo a ação para as demais dependências da unidade escolar.

- Implantação de um sistema de monitoria, em que os alunos com histórico de indisciplina e atos de violência, seriam convidados a atuar como monitores. Atraindo esses estudantes e lhes dando funções na sala de aula ou extra classe se poderia socializá-los e levá-los a elevação da auto estima, a refletir sobre valores e a e uma possível mudança no comportamento agressivo.

- Abertura da escola para a prática de esportes e atividades lúdicas como jogos de mesa; e culturais (dança, capoeira, música, canto coral, etc.). Se proporia que membros da comunidade escolar ou do entorno da escola se tornassem voluntários para supervisionar essas atividades;

- Estabelecimento de parcerias com instituições e faculdades objetivando que sejam feitas palestras e encaminhamento de estudantes para tratamento especializado com terapeutas, psicopedagogos, psicólogos, etc.



- Referência bibliográfica

Wikipédia. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Violência>
Acesso em: 17 jan.2017

Escola x Violência. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/escola-x-violencia.htm>>. Acesso em: 17 jan.2017

COLOMBIER, Claire. **A violência na escola**. Tradução de Roseana Kligerman Murrayl. São Paulo: Summus, 1989.

LEITE. Gisele. **Violência na escola**. Revista Jusbrasil. Disponível em <<http://professoragiseleite.jusbrasil.com.br/artigos/111850216/violencia-na-escola>>. Acesso em: 17 jan.2017

PEREIRA, Maria Auxiliadora. **Violência nas escolas: visão de professores do Ensino Fundamental sobre esta questão**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p. 114.

PRIOTTO, Elis Palma. **Características da violência escolar envolvendo adolescentes**. In: EDUCERE. Congresso de Educação da PUCPR, 6, 2006. Curitiba. Anais... Curitiba: Champagnat, 2006. p 16-28 _____. **Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas**. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, p. 24-39, 2002.

4.4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE MINI PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM DIREITOS HUMANOS PARA GESTORES ESCOLARES E DOCENTES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
 PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS – GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC

PROPOSTA: MINI PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM DIREITOS HUMANOS PARA GESTORES ESCOLARES E DOCENTES

REALIZAÇÃO: Lícia do Espírito Santo Viana. Professora Do Ensino Fundamental na Escola Municipal Teodoro Sampaio

DESCRIÇÃO:

Workshop e oficina sobre o tema “Educação em Direitos Humanos”.

Carga horária: 8h

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta está relacionada ao nosso artigo referente ao tema: “Um estudo sobre Gestão e Violência na Escola Municipal Teodoro Sampaio – Santa Cruz.”

O interesse por este objeto de pesquisa (a violência na escola) surgiu a partir da minha atuação como professora de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Salvador.

Nesse ambiente, tenho observado que a violência doméstica pode ser o fator responsável por desencadear os casos cotidianos de fúria e de má conduta comportamental por parte de alguns alunos em sala de aula e nos corredores da escola.

Os Direitos Humanos na escola devem ser abordados como a garantia da formação de uma cultura de referência para a dignidade humana, que se reafirma a partir do acesso e da vivência de alguns valores, os quais deveriam ser tratados no dia-a-dia das atividades curriculares e extracurriculares dentro da escola, como, por exemplo, os valores da: liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Salientando, que do ponto de vista dos direitos humanos, a educação não deve depender das condições humanas, econômicas, sociais, de gênero, e da sua cultura, étnico-raciais, pois é preciso contemplar a todos em seu direito a educação.

Assim ao propor esse trabalho sobre o tema em pauta para gestores e docentes, pretendemos dar a nossa contribuição no sentido de refletir junto ao público alvo no que refere ao problema da violência na escola, sem esquecer que a violência não é gratuita e sim a ponta de situações e vivências cotidianas. E que enquanto educadores devemos nos preparar para enfrentar ocorrências de violência no âmbito da unidade escolar.

OBJETIVOS:

1. Específico: Refletir junto ao público alvo sobre a problemática da violência na escola, sob a ótica dos Direitos Humanos.
2. Gerais: Conhecer como os defensores dos Direitos Humanos tratam a questão da violência na escola; refletir sobre o papel do educador diante de atos violentos na unidade escolar; criar estratégias para coibir a violência na escola.

PÚBLICO ALVO:

Gestores e professores da Escola Municipal Teodoro Sampaio

METODOLOGIA:

Dinâmicas

Vivências

Leitura comentada de textos alusivos ao tema

Formação de grupos para estudo de caso

Painel para elaboração de estratégias de combate à violência na escola sob a ótica da educação e dos Direitos Humanos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 destaca a garantia da educação em direitos humanos como algo essencial para a vida do ser humano.

Considera-se a educação em Direitos Humanos como a garantia da formação de uma cultura de referência para a dignidade humana, que se reafirma a partir do acesso e da vivência de alguns valores, como por exemplo: da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Assim sendo, a formação desta cultura significa “criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que contemplemos valores essenciais” (BENEVIDES, 2000).

Segundo Bobbio (1987), o não alinhamento dos direitos humanos em educação se da por conta de reformas em que não se preocupam em garantir liberdade ou ampla inclusão, pois, ainda existem distâncias ditas por classes e por outro lado, ainda há reformas que não são de cunho libertário, pois atrelam uma obrigatoriedade de presença de alunos sem estabelecer um modelo de educação a ser seguido, seja pelo meio público ou privado.

Os direitos humanos na escola devem ser abordados, visando promover benefícios para os alunos e a comunidade escolar, diminuindo a crença de que a garantia da escola é apenas a preservação de uma vaga para o aluno. Corroborando com esse posicionamento podemos verificar a Legislação que determina nos currículos escolares uma adaptação da escola quanto à diversidade e necessidade de seus estudantes.

Diante das ocorrências de atos violentos na escola se faz necessária a reflexão e busca de estratégias exequíveis para a erradicação desse problema. Para tal urge que os envolvidos no processo educacional no âmbito de uma unidade escolar tracem um planejamento participativo, que segundo Libâneo (2004), é uma prática de elaboração de um grupo de profissionais, cujo objetivo é discutir e planejar um processo contínuo do ensino aprendizagem e as atividades a serem realizadas no contexto escolar, sem esquecer-se da sua realidade, suas reais condições, no sentido de buscar soluções para resolver os diversos problemas do cotidiano escolar. No caso deste trabalho, o problema

da violência na escola.

Assim, é necessária a união dos gestores, coordenadores pedagógicos, docentes, funcionários, inclusive alunos também para ajudar num caráter processual, gradativo, refletir e pôr em ação as estratégias que venham a erradicar a violência na escola.

RECURSOS:

A viabilização do trabalho ocorrerá com o apoio de alguns recursos, dentre eles:

Recursos humanos:

- 1. Gestão escolar**
- 2. Docentes**

Recursos Tecnológicos:

- 1. Computador, internet.**
- 2. Recursos literários: textos teóricos, artigos, caneta, papel. Impressões e fotocópias.**

Recursos físicos:

- 1. Espaço da escola**

AVALIAÇÃO:

O processo avaliativo será percorrido partindo do envolvimento e colaboração dos participantes com a criação propostas educativas que viabilizem coibir a violência no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS:

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. Nova ed. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, [1909] 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática – 5. Ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAMOVAY, Miriam. **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. / Miriam Abramovay et al. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012.

ABRAMOVAY, M. **Violência escolar – o bê-á-bá da intolerância e da discriminação**. 2003. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_02.pdf>. Acesso em 10 de out. 2016

BARBOSA, W. **Análise de Conjuntura**. 2015. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/observatorio/images/downloads/estudos/analise_de_conjuntura.pdf>. Acesso em 07 de mar. 2016

BENEVIDES, Maria Victória. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Programa ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Disponível em <http://gajop.org.br/justicacidade/wp-content/uploads/9_benevides.pdf>. Acesso em 13 de out. 2016

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. Nova ed. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, [1909] 2004.

CAMACHO, L.M.Y . **As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes**. São Paulo: Educação e Pesquisa. 2001

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologias, Porto Alegre, v. ano 4, n. jul-dez, p. 432-442, 2002.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

CORSI, Jorge. **Violência familiar**. Buenos Aires: Paidós, 1994

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos e cidadania**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FANTE, Cleodélise A. Zonato. **Fenômeno Bullying**. São José do Rio Preto/SP: Editora Ativa, 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GANDIN D; GANDIN L. A. **Temas para um projeto político-pedagógico**. Petropolis: Vozes, 1999.

GILES, Thomas Ransom. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995.

HADDAD, Jane Patrícia. **Agressividade em sala de aula**. Entrevistas com Jane Haddad. Disponível em <<http://www.janehaddad.com.br/new/entrevistas-com-jane-haddad/209-agressividade-em-sala-de-aula>>. Acesso em 17 de mai.2016.

LEME, Maria Isabel da Silva. **GESTÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR** - IP/USP. Disponível em<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/391_901.pdf> Acesso em 10 de set. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática – 5. Ed.** Goiânia: Alternativa, 2004.

LONGO, Malu. **Violência e medo rondam as escolas**. O Popular, Goiânia, p. 5, 18 nov. 2008.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1998

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação da antiguidade aos nossos dias**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MANGINI, Rosana C. R. **Privação afetiva e social: implicações nas escolas**. In: MEDRADO, H. (Org.) **Violência nas escolas**. Sorocaba: Editora Minelli, 2008.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia. Dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ORNELLAS, Maria de Lourdes; RADEL, Daniela. **Violência na escola: grito e silêncio**. Salvador: EDUFBA, 2010.

RICAS. Donoso MTV. **Aspectos históricos da educação no Brasil versus violência física na infância: reflexões**. Rev méd Minas Gerais. 2010;20(2):212-7.

RIZZI, Ester; GONZALEZ, Marina; XIMENES, Salomão. **Coleção Manual de Direitos Humanos**. volume 07. Direito Humano à Educação – 2ª edição – Atualizada e Revisada. Novembro,2011.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **A Gestão Educacional e Escolar para a Modernidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações.** 9 ed., Campinas, Autores Associados, 2005.

SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante. **Gestão escolar participativa e clima organizacional.** Gestão em ação, Salvador v.4, 2001.

SOUZA. Mirian Rodrigues. **Violência nas escolas: causas e consequências.** Caderno Discente do Instituto Superior de Educação – Ano 2, n. 2 – Aparecida de Goiânia – 2008

UNESCO. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos.** Brasília, 1998.

APÊNDICES

Fotos das áreas da Escola Municipal Teodoro Sampaio

Figura 03: Portão da Escola



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 04: Área externa da Escola



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 05: Área interna da Escola



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 06: Área interna da Escola



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 07: Sala de aula



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 08: Sala de aula



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 09: Sala dos professores



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 10: Corredor da Escola



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 11: Banheiro da Escola



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 12: Quadra da Escola



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 13: Quadra da Escola



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 14: Quadra da Escola



Fonte: Elaborado pela autora.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E
TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO

Área de Concentração: Gestão da Educação e Redes Sociais

Linha Temática: Políticas Públicas e Gestão Escolar

Professora: Patrícia Lessa

Roteiro para caracterização do perfil dos funcionários sobre a violência na Escola Teodoro Sampaio.

Prezados Colegas,

Solicitamos sua colaboração no sentido de fornecer as informações requeridas neste roteiro. As informações servirão de referências para procedermos a uma caracterização dos funcionários, que participarão de uma pesquisa de Mestrado em Educação da UNEB sobre a violência na Escola Teodoro Sampaio. Este roteiro tem por objetivo recolher informações de sua vida profissional a fim de subsidiar essa pesquisa.

1. Dados de Informação Geral

(a) Sexo: () masculino () feminino

(b) Grau de Escolaridade

() Ensino fundamental Completo

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Médio Incompleto.

2. Experiência Profissional:

- a) Tempo de Serviço: _____
b) Horário de Serviço: _____

3. Você mora no bairro?

- Sim
 Não.

4. Quanto tempo está nessa escola?

- Até dois anos
 De três a cinco anos
 Mais de cinco anos

5. Causa que você considera mais relevante diante da violência na escola:

- Situação socioeconômica
 Meios de comunicação
 Educação dada pelos pais
 Relações Interpessoais
 outros

Cite _____

6. Você já foi vítima de violência na escola que você trabalha?

- uma vez
 várias vezes
 Nenhuma vez

7. Quando presencia alguma situação de violência, o que você faz?

- Recorre imediatamente à direção
- Leva os alunos
- Fica sem ação.

8. Você já presenciou alguma briga onde algum aluno agrediu algum colega de trabalhou até você mesmo?

- Sim
- Não.

9. Qual o principal motivo que pode levar o aluno a praticar a violência física no escola?

- Não sei
- Abandono dos estudos
- Dificuldades de relacionamento
- Discriminação Racial
- Influencias Familiares
- outros

10. No seu dia a dia como funcionário você presenciou o uso de palavrões e agressões verbais por parte dos alunos.

- Nunca
- Sim.
- Frequentemente

11. Ao que você atribui ao comportamento violento dos alunos:

- A família

-) Ao aluno propriamente
-) A comunidade que ele vive.

12. Você acha que as situações de violência no ambiente escolar estão mais presentes:

-) Antes das aulas
-) Durante as aulas
-) No intervalo
-) Depois das aulas

13. Já precisou intervir em alguma briga entre alunos:

-) Mais de uma vez
-) Mais de duas vezes
-) Mais de cinco vezes
-) Mais de dez vezes

14. E quanto a ameaças a professores:

-) Nunca vi
-) Mais de uma vez
-) Mais de três vezes
-) Mais de duas vezes

5. Você acha que trabalhar em escolas localizadas em região considerada violenta traz perigo para o funcionário?

-) Sim
-) Não
-) Talvez
-) Não sei.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E
TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO

Área de Concentração: Gestão da Educação e Redes Sociais

Linha Temática: Políticas Públicas e Gestão Escolar

Professora: Patrícia Lessa

Um estudo de caso sobre Gestão e Violência na Escola Teodoro Sampaio.

Roteiro para caracterização do perfil dos professores, sobre a violência na Escola Teodoro Sampaio.

Prezados Colegas,

Solicitamos sua colaboração no sentido de fornecer as informações requeridas neste roteiro. As informações servirão de referências para procedermos a uma caracterização dos professores, que participarão de uma pesquisa de Mestrado em Educação da UNEB sobre a violência na Escola Teodoro Sampaio. Este roteiro tem por objetivo recolher informações de sua vida profissional a fim de subsidiar essa pesquisa.

1. Dados de Informação Geral

a) Sexo: () masculino () feminino

(b) Grau de Escolaridade:

() Graduação _____

() Especialização _____

() Mestrado _____

() Doutorado _____

2. Experiência Profissional

a) Área do conhecimento em que atua: _____

b) Escolas em que trabalha na rede pública de Salvador _____

3. Em qual nível de ensino você leciona:

() Fundamental I (de 1ª há 5º ano)

() Fundamental II (6º ao 9º ano)

() Ensino Médio

4. Há quanto tempo você leciona em escola pública:

() Até dois anos

() De três a cinco anos

() Mais de cinco anos

5. Causa que você considera mais relevante diante da violência na escola:

() Situação socioeconômica

() Meios de comunicação

() Educação dada pelos pais

() Relações Interpessoais

() outros

Cite _____

6. Você já foi vítima de violência na escola que você trabalha?

() uma vez

() várias vezes

() Nenhuma vez

7. Que providencia você tomaria diante de situação de violência na escola?

- Recorre imediatamente à direção
- Espera acalmar e tenta conversar
- Investiga as causas e tenta combater com diálogo.

8. Você já presenciou alguma briga ofendeu aluno agrediu algum colega de trabalho?

- Sim
- Não.

9. Qual o principal motivo que pode levar o aluno a praticar a violência física no escola?

- Não sei
- Abandono dos estudos
- Dificuldades de relacionamento
- Discriminação Racial
- Influencias Familiares
- outros

10. Na escola que você existe alguma ação de violência dentro do ambiente escola?

- Sim
- Não.

11. Na sala de aula você presenciou o uso de palavrões e agressões verbais por parte dos alunos.

- Nunca
- Sim.

Frequentemente

12. Ao que você atribui ao comportamento violento dos alunos:

A família

Ao aluno propriamente

A comunidade que ele vive.

12. Você acha que as situações de violência no ambiente escolar estão mais presentes:

Antes das aulas

Durante as aulas

No intervalo

Depois das aulas

13. Já precisou intervir em alguma briga entre alunos?

Mais de uma vez

Mais de duas vezes

Mais de cinco vezes

Mais de dez vezes

14. E quanto a ameaças a professores:

Nunca vi

Mais de uma vez

Mais de duas vezes

Mais de três vezes

15. Já aconteceu na escola de algum automóvel de colega ser danificado no estacionamento?

- Nunca vi
- Já soube, mas não vi.
- Vi mais de uma vez.

16. Você acha que ministrar aulas em escolas localizadas em região considerada violenta traz perigo para o professor?

- Sim
- Não
- Talvez
- Não sei.

17. Acha importante essa pesquisa, e acha que será útil á unidade escolar?

- Sim
- Não



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E
TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO

Área de Concentração: Gestão da Educação e Redes Sociais

Linha Temática: Políticas Públicas e Gestão Escolar

Professora: Patrícia Lessa

Roteiro para caracterização do perfil dos gestores sobre a violência na Escola Teodoro Sampaio.

Prezados Colegas

Solicitamos sua colaboração no sentido de fornecer as informações requeridas neste roteiro. As informações servirão de referências para procedermos a uma caracterização dos gestores, que participarão de uma pesquisa de Mestrado em Educação da UNEB sobre a violência na Escola Teodoro Sampaio. Este roteiro tem por objetivo recolher informações de sua vida profissional a fim de subsidiar essa pesquisa.

1. Dados de Informação Geral

a) Sexo: () masculino () feminino

(b) Grau de Escolaridade

() Graduação _____

- () Especialização _____
- () Mestrado _____
- () Doutorado _____

2. Experiência Profissional:

a) Tempo de Gestão : _____

3. Além de Gestor em qual nível de ensino você leciona:

- () Fundamental I (de 1ª há 5º ano)
- () Fundamental II (6º ao 9º ano)
- () Ensino Médio

4. Há quanto tempo você dirige em escola pública:

- () Até dois anos
- () De três a cinco anos
- () Mais de cinco anos

5. Causa que você considera mais relevante diante da violência na escola:

- () Situação socioeconômica
- () Meios de comunicação
- () Educação dada pelos pais
- () Relações Interpessoais
- () outros

Cite _____

6. Você já foi vítima de violência na escola que você trabalha?

- () uma vez
- () várias vezes

Nenhuma vez

7. Que providencia você tomaria diante de situação de violência na escola?

Recorre imediatamente à direção

Espera acalmar e tenta conversar

Investiga as causas e tenta combater com diálogo.

8. Você já presenciou alguma briga ofendeu aluno agrediu algum colega de trabalhou até você mesmo?

Sim

Não.

9. Qual o principal motivo que pode levar o aluno a praticar a violência física no eco La?

Não sei

Abandono dos estudos

Dificuldades de relacionamento

Discriminação Racial

Influencias Familiares

outros

10. Na escola que você dirige, existe alguma ação de violência dentro do ambiente escola?

Sim

Não.

11. No seu dia a dia como gestora você presenciou o uso de palavrões e agressões verbais por parte dos alunos.

Nunca

Sim.

Frequentemente

12. Ao que você atribui ao comportamento violento dos alunos:

A família

Ao aluno propriamente

A comunidade que ele vive.

13. Você acha que as situações de violência no ambiente escolar estão mais presentes:

Antes das aulas

Durante as aulas

No intervalo

Depois das aulas

14. Já precisou intervir em alguma briga entre alunos?

Mais de uma vez

Mais de duas vezes

Mais de cinco vezes

Mais de dez vezes

15. E quanto a ameaças a professores:

Nunca vi

Mais de uma vez

Mais de duas vezes

Mais de três vezes

16. Já aconteceu na escola de algum automóvel de colega ser danificado no estacionamento?

Nunca vi

Já soube, mas não vi.

() Vi mais de uma vez.

17. Você acha que ministrar aulas em escolas localizadas em região considerada violenta traz perigo para o professor?

() Sim

() Não

() Talvez

() Não sei.

18. Como gestor qual a sua sugestão para o enfrentamento da violência na Escola Teodoro Sampaio?
